



TRE-ES

Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional Eleitoral/ES



RELATÓRIO DE GESTÃO

Des. Samuel Meira Brasil Jr.

2020/2021



RELATÓRIO DE GESTÃO

2020/2021

Des. Samuel Meira Brasil Jr.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2020/2021

Des. Samuel Meira Brasil Jr.

“Viver é enfrentar um problema atrás do outro. O modo como você o encara é que faz a diferença”. B. Franklin

Uma gestão caracterizada pela inovação. Este foi o mote que imaginei como propósito do biênio que passaria à frente da administração do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Afinal, o ano 2019 foi marcado por turbulências no cenário político mundial, demonstrando que não havia mais um único norte, mas, aparentemente, cada povo buscava sua própria solução.

E a solução, necessariamente, deveria ser marcada pela inovação, porque o mundo está se modificando muito rapidamente. Inovação era a palavra que definiria a minha gestão no biênio 2020/2021.

Entretanto, não imaginava como seria necessária, essa inovação, e como ela se daria de forma tão célere quanto inesperada, em sua motivação. A pandemia da COVID-19, que surpreendeu o mundo, no primeiro trimestre de 2020, trouxe consigo o isolamento das pessoas, em suas casas, porém a vida deveria seguir seu fluxo. Como poderíamos continuar nossa rotina diária sem os contatos pessoais?

Inovação! A única saída para a, aparentemente, escancarada crise seria a inovação. Mais do que palavras de incentivo, crise e oportunidade são parentes muito próximas, desde que saibamos reconhecer as afinidades, em seu DNA.

Após uma eleição geral desafiadora, em 2018, o cenário das Eleições Municipais de 2020 parecia ainda mais catastrófico, pois, todos os procedimentos logísticos da Justiça Eleitoral baseiam-se no contato pessoal com o eleitor e com o candidato, no transporte físico das urnas eletrônicas, na comprovação visual dos dados biográficos e biométricos do eleitor. E, esses procedimentos pareciam estar extremamente comprometidos.

A frase epigrafada resume o sentimento inicial que assomou o corpo de servidores do TRE-ES, afinal, os problemas trazidos pela necessidade de contenção da pandemia da COVID-19 afetavam todo o planejamento realizado e fugia de qualquer plano de risco produzido.

Com serenidade e energia, promovemos ações de emergência para que as rotinas de trabalho fossem restabelecidas e as entregas observassem o seu trâmite regular. O período do fechamento do cadastro se aproximava e os eleitores precisavam ser inscritos ou transferidos. As decisões precisavam ser tomadas pelo Colegiado. As Unidades do Tribunal estavam com os procedimentos de consecução das eleições em andamento e instrumentos para que não houvesse solução de continuidade precisavam ser utilizados.

A inovação foi a solução dos problemas. Plataformas de reuniões virtuais foram rapidamente contratadas e disponibilizadas para todas as áreas do Tribunal; os meios virtuais foram colocados à disposição dos eleitores, para que todos pudessem exercer o seu soberano direito de votar em candidatos que o representassem, em seu próprio domicílio eleitoral; a Carta de Serviços foi virtualizada, possibilitando ao eleitor e aos candidatos a obtenção de toda a documentação necessária para a sua regularização, perante este segmento da Justiça.

“Filhos” foram gerados, neste período, com previsão de longa vida, como a Assistente Virtual BEL, que saneia dúvidas dos clientes da Justiça Eleitoral, e, ainda, o JustificaES, que, desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-ES, oferece ao eleitor a comodidade de justificar sua ausência diante das urnas, desde que se encontre em município diverso àquele em que esteja instalado o seu local de votação, uma vez que o aplicativo rastreia a geolocalização do eleitor.

Essas duas iniciativas foram, inclusive, finalistas do Prêmio de Inovação Judiciário Exponencial/2021, com a Assistente Virtual BEL tendo sido a vencedora, na categoria “Inovação Tecnológica”.

A realização do pleito municipal de 2020 constituiu uma experiência inusitada, sob todos os aspectos, haja vista a preparação majoritariamente virtual para a execução física dos procedimentos de votação.

Treinamentos a distância, virtualização processual, distanciamento necessário, material de sanitização individual, equipamentos de segurança para servidores, servidoras, mesários, mesárias, colaboradores e colaboradoras, todas essas atividades observaram um rígido e célere planejamento e a logística foi impecável, afinal, as eleições não aceitam riscos.

Além das eleições, que constituem a atividade finalística desta instituição, as atividades de apoio continuam e, para isso, foi essencial o suporte informatizado. Servidores, servidoras, colaboradores e colaboradoras trabalhando em sistema remoto, contatos com clientes e

fornecedores externos, todas as rotinas tiveram sua continuidade, embora em um novo formato.

E, nada obistou o sucesso do pleito. As inovações implementadas foram absorvidas nas rotinas institucionais e o resultado do processo eleitoral demonstrou isso. Do início ao fim da votação, tanto no primeiro turno, quanto no segundo turno – registre-se que houve segundo turno nos quatro municípios nos quais seria possível ocorrer! -, nenhum incidente que pudesse ofuscar o brilho do exercício democrático foi consignado.

Enfim, este Relatório de Gestão Biental apresenta as ações empreendidas pela Administração, nos exercícios 2020/2021, certo de que as decisões tomadas convergiram para resultados exitosos, o que não teria sido possível sem o irretocável apoio do Colegiado, o denodado esforço dos Juízes e Juízas Eleitorais, da segura ação dos Juízes Auxiliares, a atuação irrepreensível do Diretor Geral e de todos os servidores e de todas as servidoras desta Justiça Especializada, no estado do Espírito Santo.

Os problemas vieram – como, habitualmente, virão! -, mas a postura inovadora adotada foi capaz de transformá-los em um excelente resultado, não somente para a gestão que se finda, mas para um longo futuro de êxito organizacional.

Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior
Presidente

POSSE



A cerimônia de posse da mesa diretora do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, composta pelo Des. Samuel Meira Brasil Júnior, Presidente, e pelo Des. Carlos Simões Fonseca, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, ocorreu no dia 11 de dezembro de 2019.

Concluída a posse, as reuniões de trabalho foram iniciadas, com a atenção totalmente focada no Pleito Municipal - e com a experiência de uma eleição similar, em 2016, quando o atual Presidente exerceu as funções de Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral -, foi iniciada uma série de reuniões com as áreas do Tribunal, para a elaboração de metas e planos de ação, tendo como cenário a segurança do processo, e a implementação de ações inovadoras, como premissa.

Biometria



Logo no início do exercício 2020, todos os postos de atendimento e cartórios eleitorais do estado foram supridos com *kits* de coleta de dados biométricos, objetivando ampliar, ordinariamente, o quantitativo de eleitores cadastrados com os dados completos.

No intuito de facilitar a vida dos eleitores de todo o Estado, o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) equipou todos os cartórios eleitorais com kits biométricos para coleta de dados de quem ainda não passou pela biometria. A medida foi adotada nos primeiros dias de janeiro de 2020.

Desde o dia 17 de fevereiro daquele ano, o serviço também foi disponibilizado nos postos eleitorais, localizados nos municípios de Alto Rio Novo, Atílio Vivácqua, Brejetuba, Conceição do Castelo, Governador Lindenberg, Irupi, Mantenópolis, Pedro Canário, Santa Maria de Jetibá, Sooretama e Vargem Alta, abrangendo assim, os eleitores de todo o Espírito Santo.

O objetivo do Tribunal, ao disponibilizar o procedimento, é possibilitar ao eleitor que faça a

coleta biométrica da melhor forma possível, sem a formação de filas observadas durante os recadastramentos obrigatórios.

Garantia de Direitos Fundamentais



No início do mês de março de 2020, as atividades constituintes do processo eleitoral já estavam a pleno vapor, como o asseguramento do exercício do voto pelos presos provisórios e adolescentes internados.

Como forma de garantir o direito ao voto de presos provisórios e de adolescentes internados, o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) assinou convênio de cooperação técnica em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) e o Instituto de Atendimento Socioeducativo (Iases) para a criação de seções eleitorais especiais em estabelecimentos penais e unidades de internação para cumprimento de medida socioeducativa.

O objetivo do convênio foi a realização do cadastramento biométrico para emissão do título de eleitor dos presos provisórios. O cadastramento é voluntário e assegura à pessoa privada de liberdade o direito ao voto. Na ocasião, o presidente do TRE-ES, Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, enalteceu o trabalho que será realizado. "Este é um ato importantíssimo que eu gostaria de destacar, valorizar e parabenizar a atuação de cada um dos órgãos envolvidos. O termo foi elaborado e assinado por cada um dos participantes e o TRE-ES está completamente aberto para que nós possamos continuar unindo esforços para garantir o direito de voto para todos os cidadãos", finalizou.

A formalização da parceria deu início ao trabalho dos servidores do TRE-ES, que percorreram os Centros de Detenção Provisória (CDP's) do Estado para realizarem o cadastramento eleitoral. A Sejus conta com unidades neste regime nos municípios de Vila Velha, Serra, Viana, na Região Metropolitana, além de Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, Colatina, Aracruz, São Domingos do Norte e São Mateus.

Durante o pleito, o TRE-ES forneceu as urnas eletrônicas nas unidades prisionais, bem como todo material necessário, inclusive a listagem dos candidatos, para a instalação das seções eleitorais nos estabelecimentos penais e unidades de internação.

O voto de presos provisórios e adolescentes internados é garantido pela Constituição Federal. São impedidos de exercer seu direito os apenados que tiverem contra si condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos (artigo 15, inciso III, da Constituição Federal de 1988). Os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa possuem direito ao voto, mesmo em regime de internação, pois não respondem criminalmente e seus direitos políticos não sofrem suspensão.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Inovações em Inteligência Artificial



O intercâmbio de informações com o TRE do Rio Grande do Norte possibilitou avanços que resultaram na implementação de ferramentas que viriam a facilitar diversos procedimentos, nas Eleições.

Buscando encontrar iniciativas inovadoras em Inteligência Artificial, o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação, promoveu, ainda no início de março de 2020, uma excelente troca de experiências sobre o tema com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN).

Esse intercâmbio constituiu etapa importante do projeto de inovação empreendido pela Secretaria de Tecnologia da Informação, cujo objetivo traçado era o desenvolvimento de instrumentos virtuais que seriam incorporados à rotina interna e externa dos processos de trabalho.

Como exemplo, o **Pentaho/Metabase**, que é um conjunto de soluções, implantado no TRE-ES, com apoio da equipe do TRE-RN e da Seção de Banco de Dados (SBD/CIS). Com a solução implantada, foi possível disponibilizar painéis gerenciais às diversas áreas do Tribunal para acompanhamento dos indicadores de gestão.

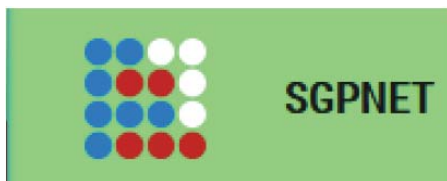
QRUEL



O **QRUEL** é um software de apoio aos testes e auditoria da urna eletrônica desenvolvido pelo TRE-ES e nacionalizado. Atualmente, é mantido pelo TRE-SC, Tribunal que cedeu novamente o código fonte para implantação do sistema no TRE-ES para as eleições de 2020.

Para as eleições de 2022, cogita-se desenvolver e disponibilizar uma nova versão do TRE-ES, a qual se encontra atualmente em desenvolvimento.

SGPNET



O SGPNET foi desenvolvido para que os servidores ativos, aposentados e requisitados, os pensionistas e magistrados do TRE/ES possam ter acesso, via internet, de qualquer local e inclusive por meio de dispositivos móveis, tais como celulares e tablets, a diversas informações de seu interesse: histórico de contracheques, declarações de rendimentos, férias, cursos realizados e licenças médicas; dados pessoais, funcionais, bancários e documentos, conforme cadastrados no Sistema de Gestão de Recursos Humanos.

É um sistema modular, em plena evolução, que permite também que os servidores batam o seu ponto remotamente pela Internet, requisito fundamental incrementado durante a pandemia da Covid-19. Também recebeu a possibilidade de alteração de senhas corporativas, com o advento do ambiente do Office 365.

Novos módulos encontram-se em pleno desenvolvimento, dentre os quais destacamos o atual desenvolvimento do banco de talentos do TRE-ES, demanda atual da SGP.

ASSINADOC



O Assinadoc é um sistema web que permite aos seus usuários assinar eletronicamente documentos criados no formato PDF, conforme Lei 11.419/2006. Cada página do documento assinado tem impressa em seu rodapé as informações de data e hora da assinatura, do nome do signatário, do endereço eletrônico onde

o arquivo pode ser baixado, da chave de autenticação (localizador do arquivo) e um QR Code para acesso direto ao documento por meio de um leitor de QR Code. Dentre suas funcionalidades, pode-se destacar:

- ✓ Permite assinatura de documentos em formato PDF.
- ✓ Permite aos usuários enviar documentos para serem assinados por outros usuários.
- ✓ Permite gerenciar os arquivos enviados, assinados e não assinados.
- ✓ Permite aos usuários autorizar o envio de documentos por outros usuários do sistema.
- ✓ Permite pesquisa e download de documentos após informar a chave de autenticação.
- ✓ Permite cadastro/alteração de senha de assinatura de documentos.

Atualmente o **Assinadoc** se encontra em evolução para disponibilização via Internet, considerando a necessidade de adequação e testes de segurança, já realizados pela equipe da Coordenadoria de Análise e Desenvolvimento/STI.

JANO



O Jano é um sistema de gestão das equipes que participarão dos processos administrativos instaurados no âmbito do TRE. Dentre suas funcionalidades, destacam-se:

- Permite o cadastro de indicados para participação em equipes (comissões) de sindicância/processo administrativo disciplinar no TRE-ES.
- Permite cadastro de equipes com informações básicas sobre as mesmas.
- Permite cadastro de cargos para compor as equipes.
- Permite a indicação de servidores para comporem equipes com informações sobre a designação.
- Permite emitir relatório com indicações para composição de equipes como sugestão à administração do TRE-ES.
- Permite consulta de histórico e estatísticas de participação em equipes.

Atualmente, o sistema encontra-se em fase de homologação e aceite dos gestores de negócio.



Os desafios se tornaram ainda maiores, com o advento da pandemia da Covid-19.

A área de Tecnologia da Informação foi demandada ao máximo, precisando se adaptar e prover os meios necessários às novas práticas do trabalho remoto e, ao mesmo tempo, atender às necessidades emergenciais imprescindíveis ao bom andamento das atividades relativas ao ano eleitoral de 2020.

FERRAMENTAS DE WEBCONFERÊNCIA



A pandemia da Covid-19, agravada a partir de março/2020, exigiu que as equipes do TRE-ES se organizassem de forma remota para exercer suas atividades. Uma importante tarefa realizada na Coordenadoria de Análise e Desenvolvimento/STI foi a escolha das ferramentas de Webconferência a serem utilizadas para a comunicação geral.

Inicialmente, foram cogitadas as soluções Cisco Webex, Zoom Meetings e Jitsi Meetings. Também foram testadas, para as interações diárias do ciclo de desenvolvimento, o Discord e o Microsoft Teams.

Em 2021, com a contratação formal do Microsoft Teams para todos os servidores do TRE-ES, a referida ferramenta foi oficializada e continua sendo utilizada até o presente momento para as interações remotas.

Além disso, a STI foi desafiada na concepção e construção de soluções de inovação, integrando-se ao recém instituído **Laboratório de Inovação e Inteligência Artificial do TRE-ES**.



O Laboratório de Inovação e Inteligência Artificial foi instituído pelo Ato da Presidência n. 154, de 12 de maio de 2020, tornando o TRE/ES um dos Tribunais pioneiros nessa implantação, e possui por finalidade unir conhecimento institucional, inovação, cooperação e tecnologia da informação para atender às demandas e aos anseios da sociedade.

Instalado no 7º andar do Edifício Anexo, o Laboratório de Inovação é um espaço destinado à sementeira de ideias inovadoras que introduzam novos fluxos de processos de trabalho e à proposição de soluções criativas e inovadoras para tratar problemas recorrentes da Justiça Eleitoral, com grande impacto na sociedade, bem como maneiras de dar destaque às informações e ações relevantes da Justiça Eleitoral para a sociedade, seja através da internet ou por outros meios, com foco na divulgação de informação clara, acessível e, sempre que possível, interativa.

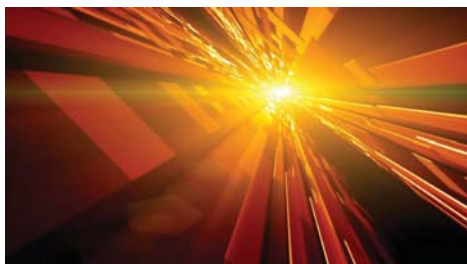
HOTSITE do Laboratório de Inovação e Inteligência Artificial



Em 2020, dadas as ações de inovação do TRE-ES, bem como a inauguração do Laboratório de Inovação e Inteligência Artificial da Justiça Eleitoral Capixaba, foi desenvolvido um hotsite para disponibilizar informações dos projetos de inovação desenvolvidos no Tribunal. O hotsite pode ser acessado na Internet pelo link: <https://inova.tre-es.jus.br/>.

Sob a estreita orientação do Presidente do TRE-ES, Des. Samuel Meira Brasil Júnior, o Laboratório de Inovação produziu ferramentas de enorme valor para o processo eleitoral, como o **Justifica ES**, que foi assumida pelo Tribunal Superior, para utilização por todo o eleitorado brasileiro, sendo rebatizado como **Justifica BR**.

O TRE-ES aderiu à Política de Gestão da Inovação no Judiciário



O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) aderiu à Política de Gestão da Inovação no Judiciário, uma ação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O objetivo é o aprimoramento das atividades dos órgãos judiciários, por meio da difusão da cultura da inovação, com a modernização de métodos e técnicas de desenvolvimento do serviço judiciário, de forma coletiva e em parceria, com ênfase na proteção dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

A Resolução que instituiu a Rede de Inovação do Poder Judiciário (RenovaJud) é a nº 395/2021. O documento considera inovação a implementação de ideias que criam uma forma de atuação e geram valor para o Poder Judiciário, seja por meio de novos produtos, serviços, processos de trabalho, ou uma maneira diferente e eficaz de solucionar problemas complexos encontrados no desenvolvimento das atividades que lhe são afetas.

Dentre os princípios da gestão de inovação estão: observância, sempre que possível, da construção de solução de problemas a partir dos valores da inovação consistentes na concepção do usuário como eixo central da gestão; e promoção da ampla participação de magistrados e servidores, bem como de atores externos ao Poder Judiciário, sempre buscando a visão multidisciplinar.

A gestão da inovação tem caráter estratégico e deve tornar o ambiente de atuação do Judiciário propício para a concepção de ideias inovadoras, seu desenvolvimento e materialização, assim como para a sua oferta à sociedade, na forma de produto, processo, serviço, modelo de negócio ou tecnologia.

O TRE-ES, por meio do Laboratório de Inovação e Inteligência Artificial, tem desenvolvido iniciativas importantes como o chatbot BEL, uma espécie da assistente virtual da Justiça Eleitoral capixaba, treinada para responder às perguntas mais comuns dos eleitores no período eleitoral, desenvolvida para utilização em celulares Android e Iphone, bem como em computadores e notebooks; e o Justifica, um aplicativo que permite aos eleitores fazer a justificativa de ausência de domicílio eleitoral no dia da votação, em seu próprio aparelho celular. O aplicativo foi utilizado com sucesso nas Eleições 2020.

Produções do Laboratório de Inovação e Inteligência Artificial

Justifica ES/Justifica BR



A solução “Justifica ES/Justifica BR” foi uma iniciativa da Justiça Eleitoral Capixaba, colocada em prática no Pleito de 2020, que permitiu ao eleitor que não se encontrava em sua cidade no dia do Pleito, realizar a Justificativa de sua ausência ao processo eleitoral.

Essa comodidade foi possível devido ao avanço tecnológico dos dispositivos móveis que permitem, atualmente, a identificação da posição geográfica dos eleitores por meio de georreferenciamento.

O aplicativo implementou um framework de soluções de Segurança, desenvolvido pelo TREES, para que a identificação do local do eleitor fosse íntegra e confiável, evitando assim qualquer tipo de fraude.

Para que a solução pudesse ser usada por todos os eleitores no Brasil, ela foi integrada ao e-Título, lançado nas principais lojas de aplicativos pela Justiça Eleitoral. A fim de realizar a integração, foram realizados testes, inicialmente no estado do Espírito Santo e, posteriormente, em todo o território nacional, com o apoio dos demais Tribunais Regionais Eleitorais, os quais foram bem-sucedidos, permitindo assim a ampla utilização da solução no pleito eleitoral de 2020.

A solução foi essencial à sociedade brasileira, considerando a pandemia da Covid-19 e a necessidade de evitar aglomerações, tendo sido endossada pelo Excelentíssimo Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Luís Roberto Barroso.

Como resultado, mais de 608.214 eleitores justificaram sua ausência às urnas no 1º turno das Eleições Municipais de 2020 de forma íntegra e segura, em todo o mundo. No 2º turno, houve 670.548 justificativas. A solução continuou sendo utilizada em eleições posteriores, como nas eleições da cidade de Macapá, devido ao adiamento no pleito daquele local e constitui agora uma inovação incorporada ao e-Título.

A inovação foi destaque e finalista do Prêmio Judiciário Exponencial 2021 e também concorre ao Prêmio Innovare 2021.

BEL



acessível.

Bel é a assistente virtual do TRE-ES, uma solução que se baseia em Linguagem de Processamento Natural (LPN) e Inteligência Artificial (IA) para sanar dúvidas dos eleitores online, textualmente ou por voz, de forma a garantir uma interface com o usuário intuitiva e

Foi desenvolvida pelo Laboratório de Inovação e Inteligência Artificial do TRE-ES e pode ser treinada para responder questionamentos sobre qualquer assunto.

A Bel foi idealizada para responder às principais perguntas dos eleitores nos pleitos das Eleições Municipais de 2020, considerando as dificuldades acentuadas no período devido à pandemia da Covid-19 e a situação atípica vivida pela população brasileira.

A Bel continua aprendendo novas funções para se aperfeiçoar e constitui parte integrante da equipe do TRE-ES a caminho do juízo 100% digital.



Bel venceu a categoria de Inovações do prêmio Judiciário Exponencial 2021 e concorre, também, ao Prêmio Innovare 2021.

SESSÕES VIRTUAIS DE JULGAMENTO



O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) realizou a primeira Sessão Plenária Administrativa virtual no dia 19 de março de 2020, em atendimento ao Ato nº 119/2020, assinado pelo Presente do Tribunal, Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, que estabelece medidas de prevenção de contágio pelo coronavírus.

Participaram da sessão histórica o Presidente do TRE-ES, Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior; o Vice-presidente e Corregedor em Exercício, Desembargador Dair José Bregunze de Oliveira; os Juízes Eleitorais Adriano Athayde Coutinho, Rodrigo Marques de Abreu Júdice, Heloisa Cariello, Ubiratan Almeida Azevedo; o Procurador Regional Eleitoral, André Carlos de Amorim Pimentel Filho; e o Diretor Geral do TRE-ES, Alvimar Dias Nascimento.

ARAUTO



O Arauto é uma solução de software da Justiça Eleitoral Capixaba para o gerenciamento e convocação de mesários e colaboradores para as eleições.

Nasceu da necessidade de otimizar o processo de convocação e validação da convocação dos mesários e demais colaboradores, de forma simples, eficiente e centralizada.

O Arauto concorre ao prêmio Innovare 2021.

Evolução e melhorias do SAJE



O Sistema de Acompanhamento da Jurisdição Eleitoral (SAJE) recebeu diversas evoluções e melhorias nos anos de 2020/2021, a partir de demandas apresentadas pela

Secretaria de Gestão de Pessoas.

Dentre as novas funcionalidades integradas ao sistema, destacamos a introdução de funcionalidade para controle da participação de autoridades em Comissões e Assembléas com inserção das designações, bem como envio automático e tempestivo de e-mail aos respectivos coordenadores quando do término do biênio ou alternância da jurisdição. Além disso, mais uma modificação se encontra em andamento, para permitir a sinalização da participação de magistrados em programas de Mestrado e Doutorado.

LITTERAE



Trata-se de um sistema registro de recebimento e envio de correspondências. Criado para substituição dos sistemas CECweb (desenvolvido em ASP) e SAEC (desenvolvido em Delphi), com o objetivo de realizar atualização tecnológica dos referidos sistemas.

- Permite que os usuários cadastrem e consultem entrada de correspondências e saída de cartas simples.
- Permite que usuários visualizem relatórios de correspondências e cartas simples. Atualmente, o sistema encontra-se em fase de homologação e aceite dos gestores de negócio.

PENASPEC



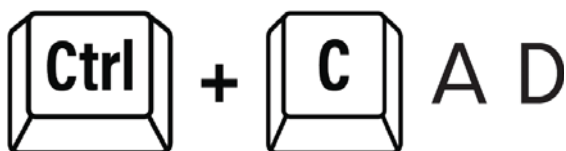
O sistema Penas Pecuniárias é utilizado para atender ao disposto pelas Resoluções CNJ 154/2012 e 215/2015, fazendo-se necessário o registro, para posterior prestação de contas, dos valores recolhidos em conta vinculada à respectiva unidade gestora, bem como a sua utilização.

As informações devem ser preenchidas até o 5º dia do mês subsequente ao efetivo

recolhimento, juntamente com o Extrato Bancário digitalizado (upload).

O sistema entrou em produção em 28/09/2020.

CTRL+CAD

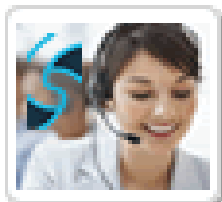


O CTRL+CAD é um software desenvolvido para controlar as solicitações de demandas de software da Coordenadoria de Análise e Desenvolvimento.

Dentre suas funcionalidades, está a manutenção da documentação atualizada de sistemas sobre arquitetura, banco de dados, dados sensíveis e pessoais, demandantes, além de gerir automaticamente o ranking de prioridade de desenvolvimento.

Ele assume papel de suma importância no cenário de atualização do fluxo do Processo de Desenvolvimento de software no qual a Coordenadoria atualmente se encontra. Visa também apoiar o processo, fundamentado em metodologias ágeis.

EVOLUÇÃO E MELHORIAS DA CENTRAL DE SERVIÇOS (CESTIC)



O Sistema CESTIC controla os chamados técnicos da STI.

CESTIC

Dentre as funcionalidades existentes estão o gerenciamento do fluxo de chamados técnicos, administração do catálogo de serviços, pesquisa de satisfação, notificações automáticas de andamento do chamado, pesquisa de soluções, monitoramento da produtividade dos técnicos de suporte, administração de itens de configuração e usuários, indicadores de desempenho da central,

redistribuição de chamados para outros técnicos, configuração de horário de expediente, importação de feriados, visualização de chamados em atraso, com informação da quantidade de horas em atraso.

O sistema também disponibiliza um painel de acompanhamento do quantitativo de

chamados novos e solucionados do dia, além da velocidade da central de serviços e a distribuição dos chamados entre os níveis de atendimento.

É um sistema que demanda constantes melhorias que evoluem com a prestação dos serviços de TIC. Na gestão de 2020/2021, o sistema foi adaptado para incluir informações de incidentes de segurança da informação no escopo das solicitações.

MÓDULO DE OUVIDORIA DO SEI



Ouvidoria

Após diversos estudos realizados na Coordenadoria de Análise e Desenvolvimento/STI, juntamente às equipes da Ouvidoria e de Proteção e Privacidade de Dados do TRE-ES, chegou-se à conclusão de que a implantação do Módulo de Ouvidoria do SEI é a melhor solução para substituição do atual sistema legado da Ouvidoria, garantindo assim a interoperabilidade com o Sistema de Processos Administrativos e maior segurança para o ambiente do TRE-ES.

O sistema foi homologado pelo gestor de negócio e teve sua implantação em produção em novembro de 2021.

TOTH



Sistema para controle/estatística de atendimentos feitos pela Corregedoria Regional Eleitoral.

- Permite que os usuários cadastrem a quantidade de atendimentos diários apenas acrescentando (ou diminuindo) o contador de determinada categoria/subcategoria.
- Permite que os usuários cadastrem/alterem/excluam a quantidade de atendimentos realizados em determinada data (a escolher), informado um valor.

- Permite que cada usuário visualize seus próprios atendimentos registrados.
 - Permite a emissão de relatório de atendimentos totais por período, dividido por categorias e subcategorias.
 - Permite a emissão de relatório de atendimentos totais de determinado servidor por período, dividido por categorias e subcategorias.
- O sistema entrou em produção em 31/05/2021.

LÚMEN



Sistema para elaboração da tabela de preços para termos de referência e para acompanhamento de notas de empenho.

- Permite que os usuários cadastrem e consultem materiais, termos de referência, fornecedores e orçamentos.
- Permite que usuários cadastrem tabelas de preços e notas de empenho.

O sistema entrou em produção em 23/08/2021.

DOLUM



Sistema para registro e consulta de ocorrências de tentativa de fraudes pelos cartórios eleitorais.

- Permite que os usuários cadastrem ocorrências de tentativa de fraudes.
- Permite que usuários consultem as ocorrências cadastradas por qualquer usuário.
- Envia e-mails para todos os cartórios eleitorais quando do cadastro de nova ocorrência.

O sistema entrou em produção em 26/05/2020.

EVOLUÇÃO E MELHORIAS DO WSAUTENTICAÇÃO



O WSAutenticação é uma API que provê serviços de autenticação, autorização e redefinição de senha nos sistemas do TRE-ES. Consiste no projeto do TRE-ES para autenticação e autorização de sistemas corporativos.

Em 2020, com os desafios advindos de intensas movimentações hackers no Brasil e no mundo, o serviço foi otimizado para a utilização de métodos de criptografia baseados em *hashs*, também conhecidos como *BCrypt*.

Em 2021, o serviço continua em evolução para acoplar novas camadas de segurança a partir de múltiplos fatores de autenticação e *single sign on*.

EVOLUÇÃO E MELHORIAS DO CONDE



O CONDE, desenvolvido em substituição ao DistMat, possui a função principal de apoiar o controle da distribuição de materiais eleitorais da Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP) para os cartórios eleitorais, exceto urnas e acessórios da urna (flashes, pendrives, baterias etc.).

É utilizado pela Seção de Almoxarifado e Patrimônio nas funcionalidades de administrador como gerente das distribuições dos materiais e pelos cartórios para informar o estoque de material e reportar a necessidade de repor estoque.

O sistema recebeu demandas de melhorias que foram implementadas no biênio 2020/2021.

EVOLUÇÃO E MELHORIAS DO VETOR



O VETOR, desenvolvido em substituição ao HelpUrna, tem como objetivo precípua o controle da movimentação de urnas e seus acessórios, tais como, flashes de carga e mídias de resultado.

O VETOR apoia:

- a movimentação de urnas e seus acessórios;
- o controle de testes exaustivos da urna (ciclos de Runin).

O sistema recebeu demandas de melhorias que foram implementadas no biênio 2020/2021.

EVOLUÇÃO E MELHORIAS DO TRACE



O TRACE, desenvolvido em substituição ao SISLOG, apoia o planejamento logístico da entrega e da coleta de urnas e materiais de eleição.

O TRACE já foi utilizado nas eleições 2018 e, em 2019, várias novas funcionalidades e melhorias foram implementadas, por exemplo:

- Melhorias na importação de pleitos;
- Disponibilização de diversos relatórios e funcionalidades relacionados à prestação de contas;
- Melhorias na descrição e características dos tipos de rotas;
- Cadastro do logotipo de cada eleição;
- Adequações ao uso do nome social do colaborador e do proprietário do veículo, atendendo às normas legais vigentes;

- Melhorias nas funcionalidades e na interface conforme demandas oriundas da Reunião de Avaliação do Pleito 2018 (RAP 2018);
- Possibilidade de criação de rotas no dia/véspera da eleição, quando o acesso à Internet (Google Maps) é desabilitado;
- Reorganização dos itens do menu Administração.

Em 2020, para as eleições municipais, o sistema recebeu um novo conjunto de atualizações para se adequar ao pleito daquele ano.

EVOLUÇÃO E MELHORIAS DO SGE



SGE

O Sistema de Gestão de Estagiários (SGE), projeto de desenvolvimento colaborativo do TRE-ES com TRE-RN, TRE-CE e TSE, apoia a gestão e a administração dos estágios e a rotina dos estagiários (registro de ponto, dados cadastrais etc.)

Novas funcionalidades foram integradas em 2020 e 2021, dentre as quais se destacam a implementação dos módulos do e-Social, os quais estão em homologação no presente momento.

EVOLUÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO SEI



O Sistema Eletrônico de Informações (SEI), software responsável pela gestão e tramitação de processos administrativos, ganhou destaque após sua regulamentação e utilização obrigatória em 2020.

Com isso, o sistema foi atualizado, por questões de segurança, e adequado para os diversos fluxos de processos do TRE-ES, com apoio da Coordenadoria de Análise e Desenvolvimento/STI e dos gestores de processos.

Atualmente, o sistema encontra-se em fase de estudo para a migração para a versão 4.0, com o objetivo de aprimoramento de segurança e performance, destacando-se a

implementação de mecanismos de múltiplo fator de autenticação.

MANUTENÇÕES DO SGPD



No Sistema de Gerenciamento de Processos de Diárias (SGPD), foram implementadas melhorias para a possibilidade de geração de guias para inserção no SEI, a fim de que os processos de diárias fossem estabelecidos naquele sistema, a partir de sua regulamentação.

IMPLANTAÇÃO DO DFT



O Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) foi implantado pela equipe da Coordenadoria de Análise e Desenvolvimento/STI no TRE-ES e disponibilizado para a SGP. Encontra-se atualmente em produção e plena utilização pelos servidores do Tribunal.

Trata-se de um sistema desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que necessita de um webservice implantado na infra do TRE-ES para funcionamento. Essa implantação aconteceu no ano de 2021.

EVOLUÇÃO E MELHORIAS DO MANUTEUSU



No MANUTEUSU, software que administra as permissões de usuários para acesso a outros softwares desenvolvidos pela Coordenadoria de Análise e Desenvolvimento/STI, foram realizadas evoluções e melhorias solicitadas pela equipe da Central de Serviços.

MANUTENÇÃO DO PRISMA



No PRISMA, responsável por transmitir as sessões plenárias e os eventos realizados no Plenário, foram realizadas as seguintes alterações:

- Atualização de componentes;
- Manutenção do sistema devido a problemas ocorridos na infraestrutura da solução.

VOTAÇÃO PARALELA



A equipe da Coordenadoria de Análise e Desenvolvimento/STI apoiou as atividades de implantação e testes da infraestrutura e sistemas da Votação Paralela para as eleições de 2020. Nos pleitos eleitorais, esteve também presente para acompanhamento de suporte das soluções.

IMPLANTAÇÃO E TESTES TENABLE.IO / TENABLE.SC



Em 2021, com a crescente demanda de análise de vulnerabilidades de aplicações da Justiça Eleitoral, o TRE-ES implantou as soluções Tenable.IO e Tenable.SC em sua infraestrutura. Tal implantação contou com a participação da Coordenadoria de Análise e Desenvolvimento/STI para testes e concepção de uma metodologia de análise de vulnerabilidades que culminou na Norma de Implantação de Sistemas do TRE-ES, publicada em agosto de 2021.

PAPA-FILAS



O Papa-Filas é um sistema de agendamento de atendimentos nos cartórios eleitorais. Em 2020, com a pandemia da Covid-19, foram demandadas atualizações no sistema para que fosse possível uma reorganização dos cartórios no atendimento aos eleitores.

Tal utilização levou a Corregedoria e a Assessoria de Planejamento Estratégico e Comunicação Institucional a proporem um novo sistema para agendamento e otimização das práticas cartorárias, que se encontra em estudo por grupo de trabalho específico.

OTIMIZAÇÃO DAS ROTINAS CARTORÁRIAS



A solicitação de ferramenta para a otimização do atendimento virtual ao eleitor pelas zonas eleitorais foi apresentada à ASTEC pela 1ª Zona Eleitoral, após constatar, junto à Coordenadoria de Análise e Desenvolvimento/STI, a necessidade de evolução do Papa-Filas.

Com o prosseguimento da pandemia da Covid-19, foi estabelecido, pelo TSE e por este TRE, o atendimento de forma remota, mediante acesso do site do TRE, para emissão de certidões pelo próprio requerente ou preenchimento do formulário Título Net, em caso de requerimentos de alistamento, transferência ou revisão de dados.

Os formulários são recebidos e tratados pelos cartórios, sem a necessidade da presença física do eleitor. Porém, o atendimento nesse formato carece de um meio mais interativo entre o cidadão e o cartório eleitoral para melhoria na prestação dos serviços eleitorais, pois muitas vezes, a depender da demanda e da situação eleitoral do interessado, há necessidade de formulação de pedidos diferenciados e de complementação de documentação, por exemplo.

Ademais, o CNJ baixou a Resolução nº 372, de 12 de fevereiro de 2021, que determina a utilização de ferramenta de videoconferência que permita imediato contato com o setor de atendimento de cada unidade judiciária, durante o horário de atendimento ao público.

Encontra-se, portanto, em estudo, junto à área de negócio, a construção de uma solução de otimização das rotinas cartorárias do TRE-ES.

Na esteira da otimização de processos de trabalho, foi encetado processo SEI (0002179-97.6.08.8000) que trata da implantação de sistema de atendimento unificado, por meio do qual todos os servidores lotados em zonas eleitorais poderão proceder ao atendimento de eleitores domiciliados em qualquer município do estado. Por razões técnicas, o procedimento encontra-se sobrestado.

TÍTULO NET



Durante o fechamento de cadastro para as eleições 2020 foi essencial, devido às restrições de isolamento impostas na pandemia de Covid-19, um mecanismo virtual de atendimento ao eleitor.

Tal mecanismo, desenvolvido pelo TSE e disponibilizado no site do TRE-ES pela equipe da Coordenadoria de Análise e Desenvolvimento/STI ficou conhecido como Título Net e pode ser acessado no link: <https://www.tre-es.jus.br/eleitor/atendimento-remoto-1/atendimento-ao-eleitor>.

e-SOCIAL



Em 2021 foram retomadas as atividades do grupo nacional de trabalho do e-Social, do qual a Coordenadoria de Análise e Desenvolvimento/STI participa, capitaneando as ações de integração das ferramentas desenvolvidas aos softwares do TRE-ES.

Até o presente momento, as fases 1 e 2 do projeto de integração foram concluídas com sucesso.

SUPORTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS



Além de apoiar as atividades nas eleições, a Coordenadoria de Análise e Desenvolvimento/STI auxiliou as ações relativas à prestação de contas eleitorais, dando suporte ao envio de documentos por partidos e candidatos através dos

softwares disponibilizados pelo TSE.

IMPLANTAÇÃO E TESTES DO DIA-E E OCORRE-JE



Para o bom andamento das eleições de 2020, foram instalados e testados pela Coordenadoria de Análise e Desenvolvimento/STI o DIA-E e OCORRE-JE, softwares de apoio e acompanhamento dos eventos eleitorais no Tribunal Pleno do TRE-ES.

MELHORIAS DA PLANILHAWEB



Na PLANILHAWEB, planilha de acompanhamento do envio dos arquivos de boletim de urna no dia da eleição, foram realizadas alterações necessárias devido a centralização da apuração no TSE em 2020.

HOMOLOGAÇÃO DO AUDITSE



A nova versão do AUDITSE, solução de software para gerenciamento de processos e planejamento de execução de auditorias, foi implantada, estando atualmente em homologação pela área de negócio.

CADFACES



Novos componentes do CADFACES, biblioteca de componentes para utilização na interface dos softwares desenvolvidos pela Coordenadoria de Análise e Desenvolvimento/STI, foram criados e aprimorados. Além disso, esses componentes foram apresentados na comissão de acessibilidade do TRE-ES, mostrando a evolução da temática no Tribunal.

MOODLE + TEAMS



Em 2021 foi solicitada à Coordenadoria de Análise e Desenvolvimento/STI a disponibilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle na Internet para acesso dos servidores ao sistema. Essa integração foi realizada por meio do Microsoft Teams, sistema de comunicação oficial do TRE-ES. Atualmente, há também o estudo para a disponibilização segura do sistema na Internet.

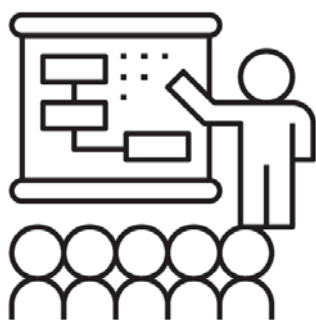
SEGURANÇA CIBERNÉTICA



Em 2020 e 2021, as ações de Segurança da Informação foram intensificadas na Justiça Eleitoral, com bastante ênfase no TRE-ES. No período mencionado, tivemos também a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Nesse contexto, algumas ações de destaque da Coordenadoria de Análise e Desenvolvimento/STI, no âmbito da Segurança da Informação Institucional foram:

- Participação em comissões para analisar a privacidade dos dados e contribuir na construção de políticas de privacidade dos sites e aplicações do TRE-ES;
- Participação em cursos e treinamentos com a temática de Segurança da Informação, tanto na parte negocial quanto técnica, no TRE-ES;
- Elaboração de estudos e normas, em conjunto com as demais Coordenadorias da Secretaria de Tecnologia da Informação, para garantir um ambiente de aplicações mais seguras no TRE-ES;
- Ideação de ações voltadas para Privacidade e Segurança por Design, garantindo assim softwares que adotem tais premissas desde sua concepção até sua implantação;
- Estudo contínuo de vulnerabilidades em aplicações legadas, promovendo a atualização de componentes e sistemas sempre que possível;
- Promoção de *scanning* de vulnerabilidades de aplicações a partir da implantação de sistemas em parceria com a Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte;
- Constante atualização do parque tecnológico utilizado pelas aplicações desenvolvidas na Coordenadoria de Análise e Desenvolvimento/STI.

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA COORDENADORIA DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO



2020 e 2021 foram anos que demandaram diversas ações de capacitação na Coordenadoria de Análise e Desenvolvimento/STI, tendo em vista as inúmeras demandas de inovação solicitadas. Dentre as ações de capacitação promovidas, destacam-se:

- Pentaho & Metabase;
- Google Dialog Flow;

- Desenvolvimento de aplicações móveis com Ionic;
- Microsoft 365 para usuários;
- Microsoft 365 para administradores;
- Segurança de Aplicações Web;
- Administração do ambiente Tenable.SC;
- Lei Geral de Proteção de Dados.

Projeto “Residência em TI”



Além disso, encontra-se em tramitação no TRE-ES o projeto de Residência de TI, a partir do qual será possível, juntamente a uma equipe de residentes selecionados, cursar uma pós-graduação em Desenvolvimento de Aplicações Inteligentes, capitaneada pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) em parceria com o TRE-ES. O projeto tem previsão de início em 2021 e término ao final de 2022.

GRUPOS DE TRABALHO



A CAD também forneceu apoio especializado em alguns grupos de trabalho, dentre os quais destacam-se:

- Implantação da LGPD no TRE-ES;
- Análise de razoabilidade de horas extras no TRE-ES;
- Dimensionamento de Força de Trabalho (DFT);
- Implantação do E-Social no TRE-ES;
- Implantação do RDCArq;

- Inovação nas práticas e rotinas cartorárias;
- Reestruturação regimental do TRE-ES.

Tais grupos permanecem em desenvolvimento e atuação no Tribunal.

SERVIDORES (MÁQUINAS VIRTUAIS) E FERRAMENTAS DE APOIO AOS SOFTWARES



É importante ressaltar os ambientes e ferramentas de apoio utilizados para o desenvolvimento das ações listadas até aqui, dentre as quais, destacam-se:

ATUALIZAÇÃO DOS SERVIDORES HTTPS

Uma nova máquina foi disponibilizada no TSE para a atualização da APPS, máquina que provê uma DMZ e proxy reverso das aplicações na Internet do TRE-ES. Tal máquina foi atualizada e é de gestão da CAD.

JENKINS

O Jenkins é a ferramenta utilizada para automação da implantação de aplicações nos ambientes de desenvolvimento, homologação e produção.

Em 2020-2021, melhorias de segurança foram implementadas para que os processos de análise de vulnerabilidades sejam otimizados em tempo de integração contínua.

PUPPET

O Puppet é uma ferramenta para automatização de processos de configuração de servidores e aplicações da CAD. É fundamental para garantir a integridade dos ambientes de desenvolvimento, homologação e produção das aplicações desenvolvidas.

AMBIENTE DO TSE



Em 2020, além da máquina APPS, o TRE-ES conseguiu mais duas máquinas na infraestrutura do TSE, nas quais foram instaladas um ambiente Docker Swarm para criação de clusters Docker das aplicações desenvolvidas e disponibilizadas pela

Coordenadoria ao TRE-ES.

Atualmente, a Bel está hospedada nessa nova infraestrutura.

CONTRATAÇÃO REGIONALIZADA DOS TÉCNICOS DE URNA



Em 2020, o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo manteve a contratação regionalizada de técnicos de urna para a eleição.

Foram contratados 248 técnicos para atuarem no período de 13/10/2020 a 02/12/2020.

CONTRATAÇÃO REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA



Foi realizado novo contrato de manutenção preventiva regionalizada.

Manteve-se a mesma logística de distribuição de urnas para o pleito, entretanto foi alterada a logística de recolhimento para manutenção preventiva de urnas eletrônicas, restando urnas apenas nos cartórios dos seguintes municípios: Vitória, Serra, Cariacica, Vila Velha, Colatina, Cachoeiro, Linhares, São Mateus e Guarapari.

Também se realizou o recolhimento das urnas do Cartório Eleitoral da 59ª Zona (Serra), que entrou em obras, e a manutenção nos locais de armazenamento.

IMPLANTAÇÃO DO SUBALMOXARIFADO DE SUPRIMENTO DE URNAS



Foi realizada reforma no Núcleo de Armazenamento de Urnas de Jardim Camburi para abrigar o subalmoxarifado da parte dos suprimentos de urnas, que passaram a ser administrados pela Coordenadoria de Sistemas Eleitorais/STI.

Estatísticas das Eleições Municipais 2020

A Secretaria de Tecnologia da Informação atuou no treinamento e suporte aos cartórios eleitorais para as Eleições Municipais de 2020, às quais compareceram, no primeiro turno, 2.135.257 eleitores de um total de 2.810.132 eleitores aptos a votar (76%).



RELATÓRIO DE GESTÃO

2020/2021



No segundo turno, compareceram 817.320 eleitores de um total de 1.156.772 eleitores aptos a votar (70,66%).



No primeiro turno, das 7.401 Urnas de Votação utilizadas, foram substituídas apenas 72. (0,97%)



No segundo turno, das 2.902 Urnas de Votação utilizadas, foram substituídas apenas 28. (0,96%)



REALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES SUPLEMENTARES DE BOA ESPERANÇA

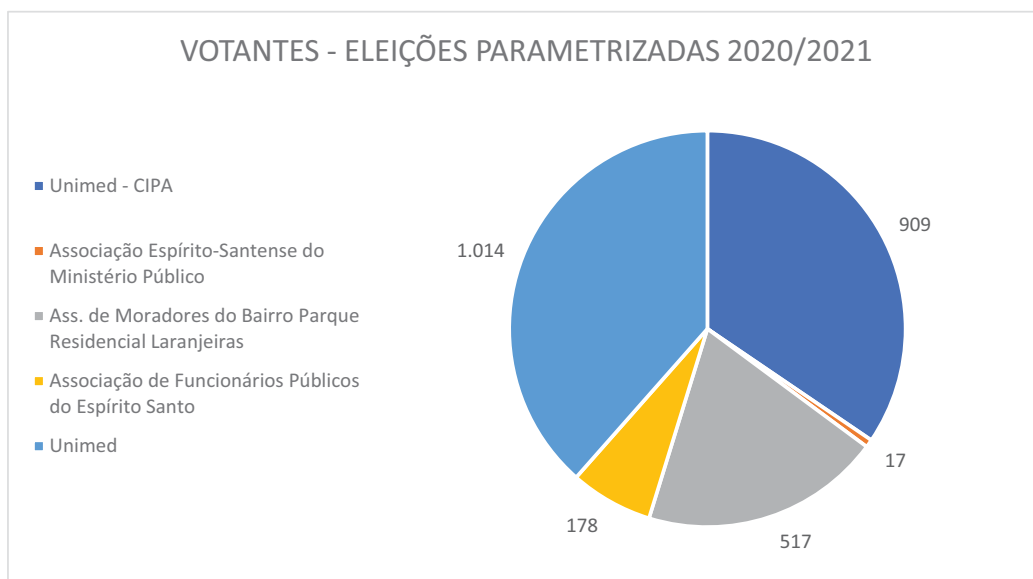


A Secretaria de Tecnologia da Informação atuou na preparação e no suporte à eleição suplementar de Boa Esperança, realizada no dia 1º de agosto de 2021.

Na eleição de Boa Esperança, compareceram 7.881 votantes de um total de 10.323 eleitores aptos a votar, sendo utilizadas 38 urnas de votação e 12 urnas de contingência, não sendo necessária nenhuma substituição.

REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES PARAMETRIZADAS

No biênio 2020-2021 foram realizadas as seguintes eleições para escolha de dirigentes de entidades:



Além das eleições acima elencadas, serão realizadas, até dezembro, eleições para as seguintes entidades:

- Prefeitura Municipal de Vitória,
- Ordem dos Advogados do Brasil e
- Associação de Apoio e Desenvolvimento Comunitário de Feu Rosa.

ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA SOLUÇÃO DE REDES DO TRIBUNAL



A modernização da solução de segurança de redes tem como objetivo proteger os dados e informações sob guarda do Tribunal das constantes ameaças advindas de novas técnicas de invasão que surgem constantemente.

FORMALIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO DA NOVA POLÍTICA DE CÓPIA DE SEGURANÇA DO TRE-ES



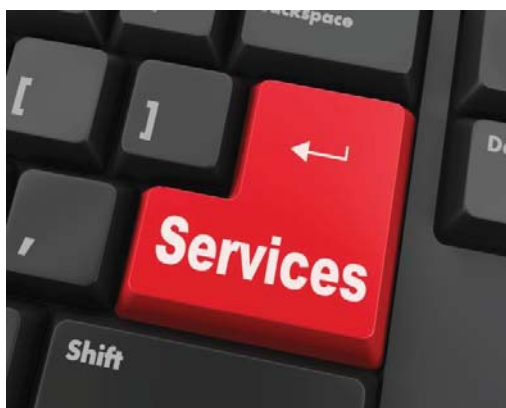
Definição, formalização e publicação de ajustes na nova política de cópias de segurança, visando maior retenção dos dados.

IMPLANTAÇÃO DO NOVO BACKBONE PRIMÁRIO



Instalação de novo equipamento firewall e links redundantes com tecnologias distintas para melhorar a segurança e a alta disponibilidade da conexão do TRE-ES com o TSE.

CRIAÇÃO DO PORTAL DE APLICAÇÕES DO TRE-ES NA INTERNET



Disponibilização de portal seguro na internet para permitir o acesso externo dos servidores aos sistemas e serviços providos pelo TRE-ES de forma segura com triplo fator de autenticação

DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO REMOTO SEGURO AO AMBIENTE TECNOLÓGICO DO TRE-ES



Aquisição de licenciamento e configuração de solução para permitir que os servidores pudessem trabalhar remotamente em suas estações do TRE ou em ambiente de área de trabalho remota utilizando conexão VPN segura.

IMPLANTAÇÃO DE FERRAMENTA COLABORATIVA DE TRABALHO REMOTO



Aquisição de licenciamento, configuração do ambiente, migração de contas e arquivos e suporte aos usuários na utilização de ferramenta colaborativa de trabalho remoto Office365.

IMPLANTAÇÃO DE FERRAMENTA DE GESTÃO DE VULNERABILIDADES



Aquisição de licenciamento, configuração e instalação de solução, e implementação de procedimentos para análise e remoção de vulnerabilidades de ativos de TIC.

ATUALIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DAS SECRETARIAS E CARTÓRIOS ELEITORAIS, COM AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS DE TIC (Estações de trabalho desktop, notebooks, nobreaks, webcams)



A modernização do parque tecnológico dos cartórios eleitorais permitiu maior agilidade na prestação de serviços ao eleitor, ao passo que nos novos equipamentos de rede aumentaram a segurança dos dados e informações sob a guarda dos cartórios.

AQUISIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE FERRAMENTA PARA SUPORTE TÉCNICO REMOTO



O isolamento social causado pela pandemia do COVID-19 provocou o afastamento dos colaboradores do TRE-ES de seus locais de trabalho, levando todo o corpo administrativo a realizar suas atividades de forma remota.

GESTÃO DE PESSOAS



O principal desafio enfrentado pelas Unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, mormente aquelas vinculadas à Gestão de Pessoas, durante o biênio 2020-2021, período que coincide com a pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus, SARS-CoV2, deve-se à suspensão integral do trabalho presencial como medida de controle da Covid-19.

Diante da mudança abrupta na rotina de trabalho, foi necessário o desenvolvimento de métodos e ferramentas a fim de garantir o atendimento ao público interno e, eventualmente externo, de forma remota. Nesse sentido, ao lado das medidas emergenciais adotadas pelo e. TRE-ES, foi instituído o modelo diferenciado de gestão de atividades voltado para a entrega de resultados nos trabalhos realizados nos formatos presencial e a distância, por meio da Resolução TRE-ES nº 266/2020

O referido Modelo de Gestão de Atividades implantou uma nova forma de organização do trabalho, que demandou o desenvolvimento de novas competências, relacionadas à liderança virtual, ao trabalho em equipe, à comunicação, à colaboração e ao uso de novos instrumentos gerenciais.

E, a partir do monitoramento contínuo da situação epidemiológica no Estado, realizado em conjunto pela Diretoria Geral e a Seção de Assistência à Saúde e Programas Sociais/CODES, foi possível a evolução para o modelo híbrido (presencial e remoto), quando a análise dos indicadores do Mapa de Risco sinalizou a possibilidade de retorno seguro ao trabalho presencial.

A inovação caracterizou as ações dos servidores, no inusitado cenário de pandemia, mantendo-se o excelente nível de atuação da Justiça Eleitoral, em todas as suas instâncias.

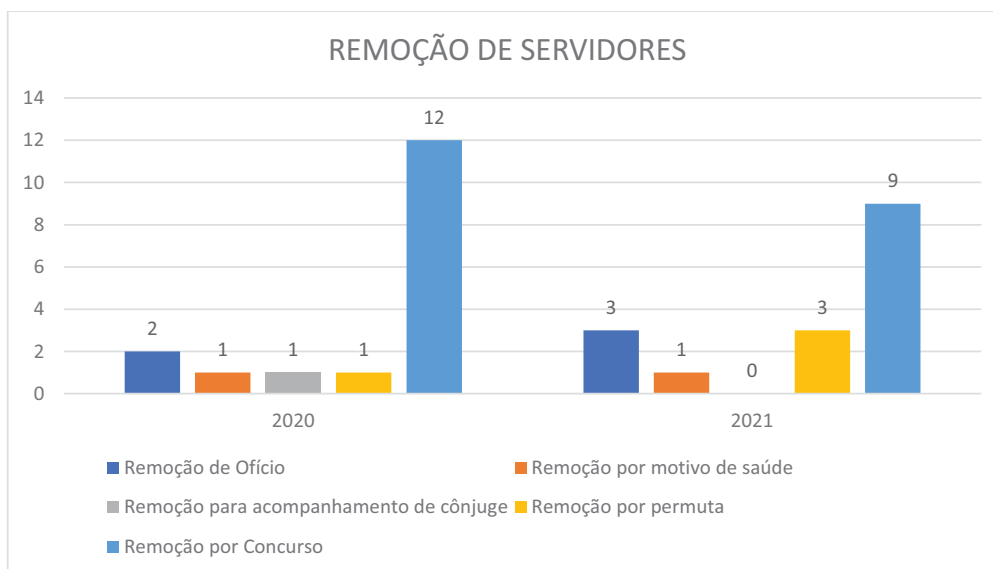
Nos anos 2020 e 2021, as atividades de gestão dos servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral do Espírito Santo não observaram solução de continuidade, tendo sido frequentes as reuniões intra e intersetoriais para que as entregas permanecessem íntegras, quanto à qualidade e celeridade.

MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDORES

O instituto de Remoção de Servidores - consiste em:

- Contato com os órgãos envolvidos para verificação de interesse nas remoções pleiteadas;
- Contato com os órgãos envolvidos quanto a remoção independente do interesse da Administração para informações sobre lotação de destino do servidor;
- Análise do preenchimento de requisitos legais e da documentação encaminhada;
- Elaboração de pareceres e minutas de ofícios e de portarias;
- Publicação no Diário de Justiça Eletrônico das portarias de remoção;
- Comunicação aos órgãos e unidades competentes;
- Instrução dos processos de remoção de servidores.

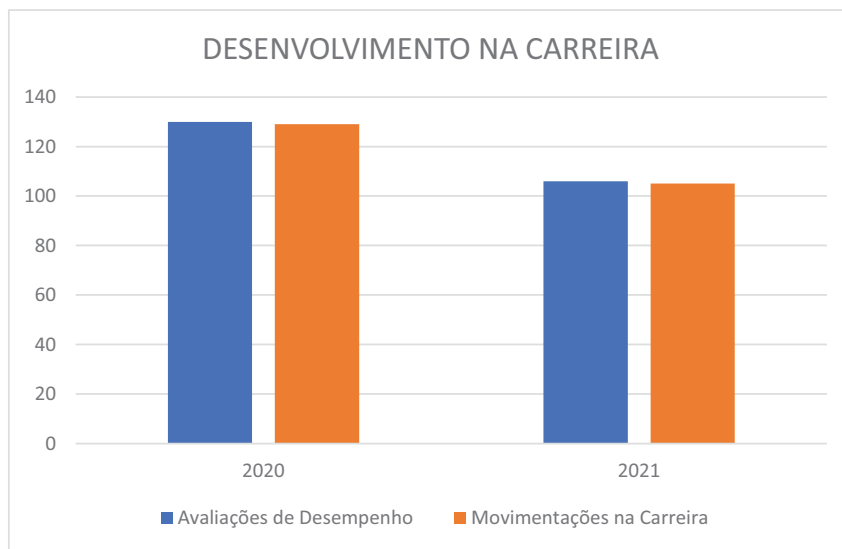
No biênio 2020/2021, ocorreram remoções, no âmbito da Justiça Eleitoral, na seguinte ordem:



Desenvolvimento na carreira

Os servidores, além da movimentação física, movimentam-se dentro da própria carreira, mediante progressão (dentro de uma mesma Classe) e promoção (alteração de Classe).

O gráfico abaixo mostra o quantitativo de servidores que obtiveram movimentação na carreira, no biênio que se finda:

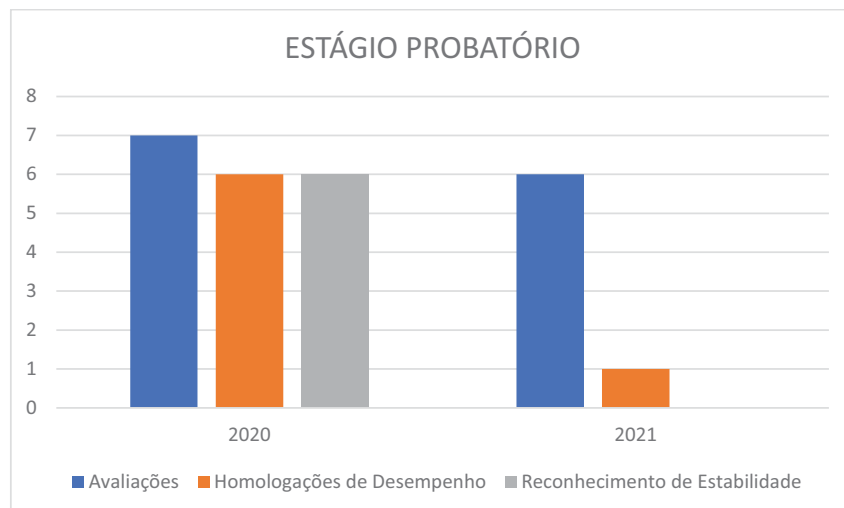


Estágio Probatório

O Estágio Probatório - consiste em:

- Acompanhamento do desempenho dos servidores em estágio probatório, por meio da análise das avaliações realizadas pelos servidores (autoavaliação) e por suas respectivas chefias imediatas (Avaliação Gerencial);
- Acompanhamento sistemático das avaliações de estágio dos servidores;
- Instrução de processos de estágio probatório;
- Verificação das condições para aprovação no estágio probatório;
- Elaboração de Portaria de Homologação do estágio probatório;
- Publicação no DJEES da Portaria de Homologação;
- Elaboração de Termo de Concessão de Estabilidade;
- Elaboração de diversos demonstrativos para o TSE e para o CNJ, com a relação de servidores estáveis e não estáveis e preenchimento desses dados no Módulo Progressão do Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH.

Foram objeto de avaliação, homologações e reconhecimento, os seguintes quantitativos de servidores, no biênio 2020/2021:



Remanejamento de Cargos



Remanejamento de cargos - consiste em:

- Verificação/Atendimento de necessidade de remanejamento de cargo para equilíbrio de força de trabalho;
- Instrução processual;
- Elaboração e publicação de Ato de remanejamento.

Em 2020, foram feitos os remanejamentos dos seguintes cargos: 1 cargo de analista judiciário da 55ª Zona Eleitoral para a Sede do TRE-ES; e 1 cargo de analista judiciário da 36ª Zona Eleitoral para a Sede do TRE-ES.

Em 2021, previsão de remanejamento dos seguintes cargos (em instrução): 1 cargo de analista judiciário da 43ª ZE para a Sede do TRE-ES; e 1 cargo de analista judiciário da 25ª ZE para a Sede do TRE-ES.

Revisão do Regimento Interno da Secretaria

Encontra-se em fase de aprovação pelo Plenário, minuta de Resolução que altera a Resolução TRE-ES nº 705/2006 (Regimento Interno da Secretaria), após trabalho realizado pela Comissão Proponente de Alteração do Regimento Interno da Secretaria – COMPARIS.

O Regimento Interno data de 2006, portanto, carecia de uma profunda atualização, afinal novas rotinas foram adicionadas aos processos de trabalho das Unidades, ensejando novas entregas.

O novo Regimento Interno traz inovações, como uma Unidade responsável pela segurança cibernética, reconhecimento de projetos de inovação, unidades específicas para questões de sustentabilidade, acessibilidade e inclusão, inovação tecnológica. Enfim, uma modernização necessária para a adequação da estrutura do Tribunal à nova realidade.

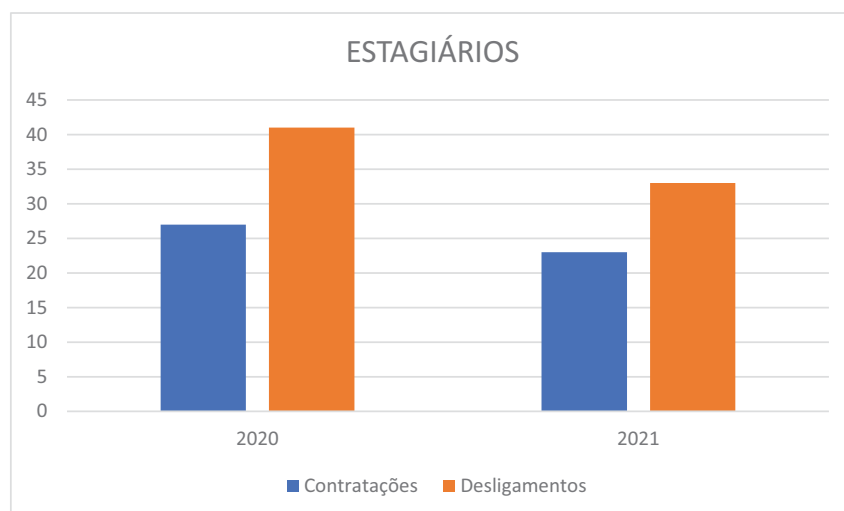
Programa de Estágio

O Programa de Estágio de Estudantes - consiste em:

- Instrução de processos de contratação de estudantes;
- Instrução de processos de prorrogação de contratos de estudantes;
- Instrução de processos de pagamento mensais de Auxílio-Bolsa e Auxílio-Transporte de Estágio, bem como os demais pagamentos pertinentes ao tema estágio, como indenização de recesso não usufruído por pedido de desligamento antecipado;
- Instrução de demais processos oriundos do Programa de Estágio, como de criação de vagas de estágio, análise de pertinência de criação de vagas de estágio em face da regulamentação interna do TRE-ES, dentre outros;
- Elaboração de Termos de Realização de Estágio nos casos de desligamento de estagiário, indicando de forma resumida as atividades desenvolvidas, os períodos e a avaliação de desempenho, bem como elaboração de outras declarações, a pedido do estudante, como declaração de atividades e de remuneração;
- Controle de inclusão e exclusão de estagiário e respectivo comunicado às Instituições de Ensino sobre os desligamentos antecipados de estágio de seus estudantes;
- Acompanhamento e conferência do desempenho e das atividades desenvolvidas pelos estagiários;
- Elaboração de Estudo Técnico e Termo de referência para contratação de Agente de

Integração e Empresa de Medicina do Trabalho e Segurança;

- Análise e teste do SGE em todas as suas versões.



A Fixação dos valores de Bolsa Estágio, de Auxílio - transporte e das jornadas de estágio - consiste em:

- Pesquisa de mercado para verificação dos valores praticados pelos demais órgãos;
- Elaboração de cálculo de impacto financeiro;
- Elaboração de minuta de Portaria da Diretoria-Geral e respectiva publicação;
- Divulgação.

Em 2020, foi elaborada minuta de Portaria da Diretoria-Geral, fixando em R\$ 6,80 (seis reais, oitenta centavos) o valor diário de Auxílio-Transporte, formalizada mediante publicação da Portaria nº 26/2020. Em 2021, foi elaborada minuta de Portaria da Diretoria-Geral, fixando em R\$ 8,00 (oito reais) o valor diário de Auxílio-Transporte, formalizada mediante publicação da Portaria nº 28/2019.

Processo Seletivo Público para a contratação de estagiários - consiste em:

- Instrução do processo administrativo da Seleção de Estagiários;
- Tratativas com o Agente de Integração de Estágio para definição de procedimentos, datas, e forma de aplicação;

- Elaboração de minuta de Comunicado de Processo Seletivo de Estagiários;
- Divulgação do Comunicado após assinatura e fiscalização da divulgação por parte do Agente de Integração;
- Conferência da ordem de classificação dos aprovados;
- Submissão da Administração para homologação do resultado final;
- Divulgação do Resultado final por parte da SGD e do Agente de Integração de Estágio.

Em 2020, não foi realizado Processo Seletivo Público de Estagiários. Em 2021, foi realizado em âmbito estadual Processo Seletivo Comunicado 1/2021, com validade de 01 (um) ano e 06 (seis) meses.

Agente de Integração de estágio

Consiste em:

- Elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR) para a contratação e prorrogação de contrato de Agente de Integração de Estágio;
- Reuniões com setores competentes para avaliação do teor do ETP e do TR;
- Pesquisa de mercado;
- Instrução processual;
- Conferência e atesto das faturas de cobrança emitidas pelo agente de integração e, atestada a regularidade, posterior envio para a Coordenadoria de Orçamento e Finanças, para o respectivo procedimento de pagamento;
- Acompanhamento da Gestão do contrato e elaboração de relatório circunstanciado sobre o acompanhamento contratual no respectivo “Livro de Registro Próprio”.

Em 2020, foi realizado termo aditivo para prorrogação por mais 01 (um) ano da contratação da empresa Super Estágios Ltda. Foi alterado por meio da Apostila nº 02/2020, no qual o valor unitário por estudante cobrado pelo agente de integração passou para R\$ 10,03 (dez reais, três centavos).

Em 2021, a empresa Super Estágios declinou da Renovação do atual contrato. Sendo assim, foi iniciado Estudo Técnico Preliminar para realização de processo licitatório para contratação de novo Agente de Integração, cuja licitação resultou na contratação da Universidade Patativa do Assaré para administrar o Programa de Estágio a partir de

01/07/2021, com vigência de 01 (um) ano, com a migração de 35 (trinta e cinco) estudantes, bem como do Cadastro de Reserva proveniente do Comunicado nº 1/2021, que foi migrado da Super Estágios Ltda, sendo cobrado por estagiário pelo novo agente de integração o valor unitário de R\$ 12,00 (doze reais).

Empresa de Medicina do Trabalho

Em 2020, por meio de Processo Licitatório, visando atender as exigências do artigo 14 da Lei nº 11.788/2008, que estabelece que a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho também deve ser aplicada aos estagiários, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio, aliada as demandas de implantação do e-Social, foi contratada empresa Medicina e Segurança do Trabalho Medtrab Medicina e Segurança do Trabalho Ltda, para realizar os exames Admissionais e Demissionais dos estagiários do Programa de Estágios do TRE-ES. Em 2021 deve-se instruir o processo de renovação do contrato com a empresa de saúde e medicina do trabalho.

Foram realizados em 2020 três (3) Exames Demissionais. E, em 2021, até a presente data, foram realizados vinte e quatro (24) Exames Admissionais e vinte e sete (27) Exames Demissionais.

O processo de contratação de Empresa de Medicina do Trabalho - consiste em:

- Elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR) para a contratação e prorrogação de contrato de Empresa de Medicina do Trabalho para emissão de ASO;
- Reuniões com setores competentes para avaliação do teor do ETP e do TR;
- Pesquisa de mercado;
- Instrução processual;
- Conferência e atesto das faturas de cobrança emitidas pela Medtrab Medicina e Segurança do Trabalho Ltda e, atestada a regularidade, posterior envio para a Coordenadoria de Orçamento e Finanças, para o respectivo procedimento de pagamento;
- Acompanhamento da Gestão do contrato e elaboração de relatório circunstanciado sobre o acompanhamento contratual no respectivo “Livro de Registro Próprio”.

Semana do Servidor

Em 2020, em decorrência da Pandemia do Coronavírus, que exigiu do Tribunal Regional Eleitoral medidas excepcionais no combate a sua disseminação, visando preservar a saúde de seus servidores e de seus colaboradores, não foi realizada a Semana do Servidor.



Em 2021, entretanto, foram desenvolvidas diversas atividades para promover qualidade de vida no trabalho, baseado no Plano de Ação do PQVT, dentre elas, a Semana do Servidor do TRE-ES, ocasião em que foram executadas as seguintes atividades:

- Em 18/10/21 - Abertura com Talentos da Casa e Ação Solidária, em prol dos servidores terceirizados, via Teams.
- Em 19/10/21- Encontro de Debate do Clube da Leitura, capitaneado pelo servidor Alfredo Andrade dos Santos Junior, via Teams.
- Em 20/10/21 - Live do SINPOJUFES sobre a Reforma Administrativa (PEC 32) e da ASSEJEES, via Teams.
- Em 21/10/21 - Tarde de Jogos, por meio da criação de um grupo para jogar Gartic online.
- Em 22/10/21 - Live "O novo normal: o mundo Bani", a ser ministrada pela Secretária de Gestão de Pessoas do TSE, Sra. Ana Cláudia Braga Mendonça, via Teams.

Comenda do Mérito Eleitoral



Na ocasião, o Pleno condecorou o Ilustríssimo Diretor Geral, Dr. Alvimar Dias Nascimento, com a Comenda do Mérito Eleitoral (maior honraria concedida pela Justiça Eleitoral capixaba), em razão de excelentes serviços prestados a este segmento da Justiça, por mais de 30 anos.

Instituída pela Resolução nº 246 de 1999, a Comenda do Mérito Eleitoral destina-se a homenagear personalidades e entidades que por seus méritos e relevantes serviços prestados à Justiça Eleitoral, mereçam a especial distinção. A outorga é decidida mediante um processo individual e por indicação do presidente, vice-presidente e outros juízes membros da Corte Eleitoral, que partem do pressuposto de que a contribuição de autoridades e entidades feita à sociedade, através da Justiça Eleitoral, deve ser reconhecida por meio da concessão anual desta comenda.

Prêmio Reconhecer



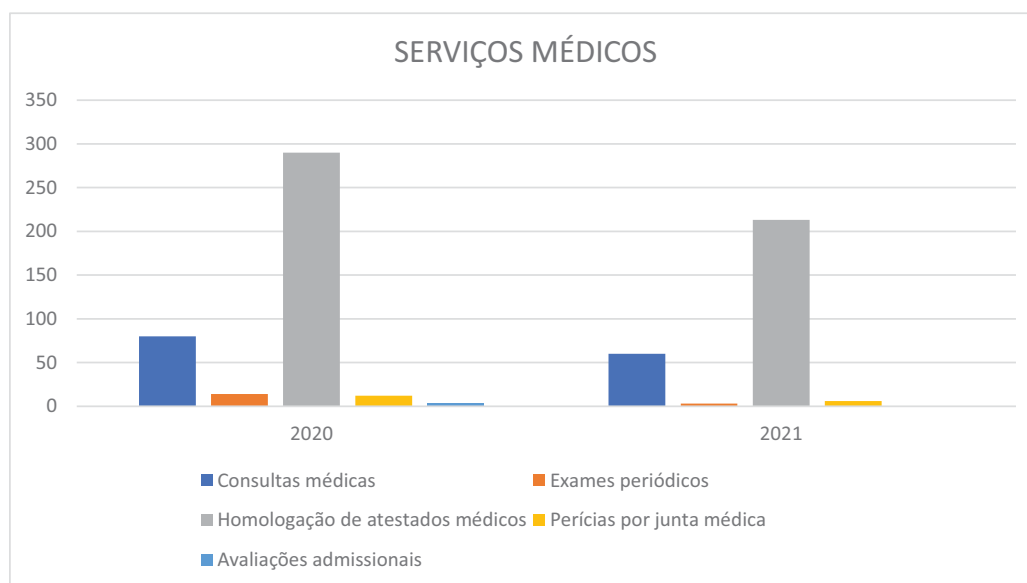
O Assessor de Planejamento estratégico e Comunicação Institucional, Sr. Lander Fontes de Paula, foi homenageado pela Presidência do Tribunal, representando todos os servidores e servidoras do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, pela eficiência, profissionalismo e dedicação.

SERVIÇO MÉDICO



O Serviço de Medicina é um serviço disponível para atendimento médico aos servidores efetivos, inativos e seus dependentes, terceirizados e estagiários do tribunal, dentre as atividades desenvolvidas estão o pronto-atendimento (realização de consulta médica, prescrição de medicamentos, encaminhamento para

especialidades externas e/ ou emergência), perícia singular, perícia domiciliar/hospitalar, perícia por junta médica, elaboração de laudos e/ou relatórios médicos, avaliação admissional, elaboração de relatório de aptidão, atendimento de exames periódicos, avaliação biopsicossocial, avaliação do grau de deficiência e análise administrativa dos atestados.

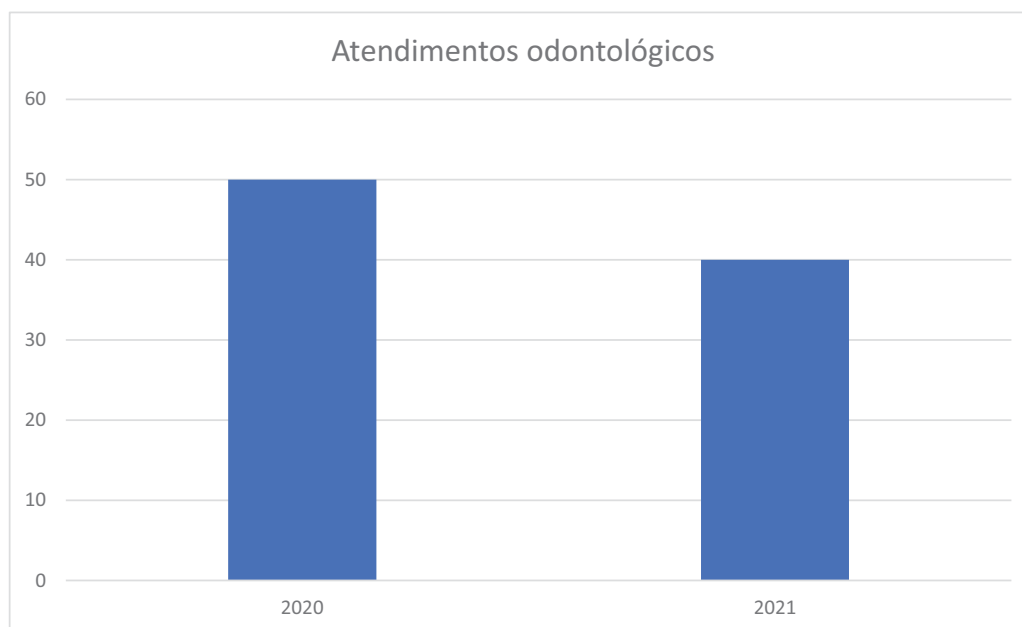


Serviços Odontológicos



É um serviço disponível para atendimento clínico odontológico aos servidores do quadro (efetivos, inativos, dependentes) e estagiários do tribunal, dentre as atividades desenvolvidas estão limpeza, desinfecção e/ou esterilização e estocagem dos materiais odontológicos, marcação de consultas, anamnese, exame clínico odontológico, educação em Saúde Bucal, preenchimento da ficha clínica, solicitação e avaliação de exames complementares, atendimentos de Urgências odontológicas, diagnóstico em odontologia, e encaminhamento a outro profissional quando necessário, bem como os procedimentos: periodontia básica - profilaxia e raspagem supragengival,

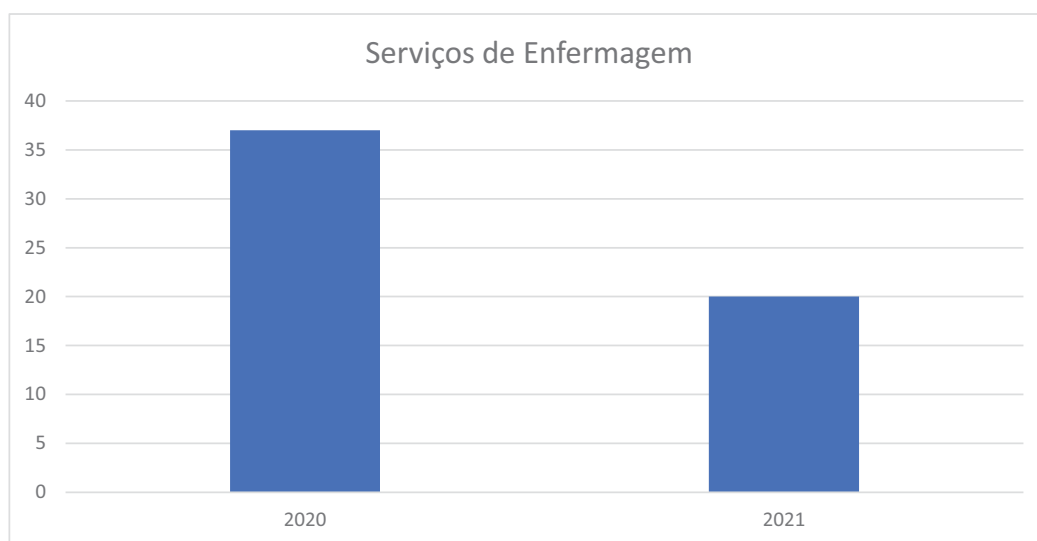
aplicação de flúor, confecção de restaurações diretas, selamentos provisórios, colagem de provisórios, confecção de selantes, assepsia do ambiente, lavagem e esterilização dos instrumentos entre outros.



Serviço de Enfermagem



Os procedimentos de enfermagem são disponibilizados aos servidores do quadro (ativos, inativos e dependentes), terceirizados e estagiários, sendo que as atividades desempenhadas compreendem o acolhimento de paciente, a realização de procedimentos de verificação de sinais vitais antes da consulta médica, aferição dos sinais vitais, peso, altura, circunferência abdominal no ato da apresentação dos exames médicos periódicos bem como a administração de medicação oral, injetável.



Registre-se, que durante o período de emergência epidemiológica, os atendimentos médicos, odontológicos e de enfermagem presenciais diminuíram em cerca de 75% em relação ao quantitativo apontado no Relatório do Biênio 2018-2019.

Ademais, em referência ao atendimento odontológico, nos termos do Ato Presidencial nº 398/2020 de 19 de setembro de 2020, somente os casos enquadrados como urgentes foram atendidos.

Acrescenta-se que também contribuiu para a redução observada, a adoção do Novo Modelo de Gestão neste TRE.

Parte Administrativa



As atividades desempenhadas são elaboração de expedientes em geral, agendamento de perícias médicas, agendamento de transporte, reserva de vaga de garagem, envio e recebimento de documentação médica, análise administrativa de atestados médicos, controle - envio/recebimento de documentação médica, orientações sobre tramitação eletrônica de atestados médicos, publicações,

arquivamentos, certidão de afastamentos médicos, gestão da página do Setor Médico na Intranet, elaboração de minuta de ordem de serviço, estudo técnico, elaboração de termo de referência, fiscalização de contrato, elaboração de previsão orçamentária, instrução processual, preenchimento de planilhas e relatórios, projetos, dentre outras atividades.

Destaca-se a ampla atuação da área administrativa deste setor no projeto de implantação do eSocial nas atribuições relacionadas à competência da unidade.

As atribuições acima reportadas estão dentre as atividades desenvolvidas pelos técnicos e analistas na área a cada um pertinente.

As quantificações dessas atividades estão correlacionadas às demais atividades da unidade de saúde.

Serviço de Psicologia



É um serviço disponível desde maio de 2012 e constitui-se em um espaço que visa dar suporte psicológico aos/às servidores/servidoras do Tribunal, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e um melhor ambiente de trabalho. As modalidades de atendimento são definidas de acordo com a demanda apresentada, podendo ocorrer por meio de sessões de aconselhamento psicológico, de reuniões com os gestores e com a equipe de trabalho, dentre outras.

É realizado também encaminhamento a profissionais externos quando a demanda extrapola as atribuições inerentes ao cargo de Analista Judiciário – Especialidade: Psicologia. Sendo assim, o enfoque dos atendimentos direciona-se a questões organizacionais e do trabalho, existindo o acolhimento das demais demandas, realização de atendimento de curta duração e o encaminhamento, se necessário, para profissionais externos.

Em razão da pandemia, os atendimentos passaram a ocorrer *online*, sendo realizado em ambiente apropriado pela psicóloga e pelo(a) servidor(a) em respeito ao sigilo necessário aos atendimentos.

Em 2020, foram realizados 17 atendimentos psicológicos. Em 2021, foram realizados, até setembro, 6 atendimentos psicológicos.

Comissão do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (CPQVT)



A Comissão do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (CPQVT) é composta por servidores(as) de diversas unidades, sendo a maioria da Secretaria de Gestão de Pessoas, assim como sua coordenação efetuada pelas servidoras Adriana Petersen Saraiva Soares (presidente) e Carina Charpinel Ventorini (coordenadora técnica). Dessa forma, ressalta-se que as ações a seguir foram desenvolvidas por vários(as) servidores(as), lotados em diferentes unidades.

2020:

O ano de 2020 foi um momento de adaptações para todos(as) e a base das ações efetuadas pela Comissão eram presenciais e sociais, que envolviam aglomerações. Como esse tipo de evento não estava permitido desde o início da pandemia, que perdura até a presente data, e ainda não se tinha habilidade nos meios tecnológicos de atuação, as ações realizadas em 2020 foram poucas:

1. Reuniões de equipe;
2. Criação de grupo de whatsapp para discussão de ideia de página de saúde e bem-estar;
3. Criação de página de Saúde e Bem-estar no site do TRE-ES;
4. Divulgação de materiais no site, tais como: dicas para manter uma boa postura no home office; como cuidar da saúde mental na quarentena; saúde das relações; saúde alimentar; orientações odontológicas;
5. Manutenção de divulgação de matérias mensais de reflexão, de saúde e de qualidade de vida no trabalho (QVT) no jornal interno PARTICIPANDO para promover conhecimento, incentivos e reflexões para a adoção de estilo de vida mais leve e com maior QVT, tais como: "a necessidade de reinventar a relação com o tempo"; "habilidades sociais para melhores relações interpessoais durante o enfrentamento do covid-19"; "como ampliar seu networking sem sair de casa";
6. GT Reconhecer: providências para que um vídeo em reconhecimento aos(as) servidores(as) do TRE-ES com fotos destes(as) e mensagens de valorização fosse elaborado. O vídeo foi divulgado no Dia do Servidor Público como uma homenagem aos(as)

servidores(as) deste quadro;

7. Material de alongamento inserido na intranet, pelo GT Atividades Físicas.

2021:

Em 2021, a coordenação da Comissão do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (CPQVT) voltou a se reunir para discutir possíveis ações a serem realizadas mesmo durante a pandemia, que ainda exigia (e exige) distanciamento social como forma de prevenção à propagação da COVID-19.

Dessa forma, foram realizadas as seguintes ações de organização e/ou atividades para promover qualidade de vida no trabalho e melhoria da saúde mental/emocional, social, física e espiritual:

1. Reuniões para avaliar as estratégias para serem desenvolvidas em 2021 e discutir ideias de ações dos GTs, diante do contexto de pandemia e trabalho remoto; para avaliar a necessidade de inclusão ou exclusão de integrantes de cada Grupo de Trabalho (GT) e de inclusão ou exclusão de algum GT. Atas no SEI nº 0003032-09.2021.6.08.8000;
2. Exclusão do GT Jornal interno, uma vez que a equipe era toda da SASPS, com temas de abrangência da SASPS, e ficou estabelecido que as matérias continuariam a ser desenvolvidas, mas sob responsabilidade da CODES/SASPS;
3. Exclusão do GT Coral e do GT Confraternização e Integração em razão do modelo de gestão de atividades do Tribunal, MGA, dificultando a realização das ações desses GTs da forma como eram anteriormente executadas;
4. Criação do GT Cultura e Lazer, ainda a ser formalizado por meio da inclusão desse grupo de trabalho na Portaria da Comissão do PQVT;
5. Criação de Equipe no Teams para a Comissão do PQVT melhorar sua comunicação entre seus líderes (dos GTs e da coordenação);
6. Criação do canal do PQVT no Teams para divulgação de vídeos e materiais a todos(as) os(as) servidores(as);
7. Culto ecumênico, em maio de 2021, de forma on line, via ZOOM, com a participação de cerca de 81 pessoas, organizado pelo GT Culto Ecumênico e pelo GT Reconhecer, com momento de oração pelos servidores e familiares que estavam sofrendo ou tiveram perdas em razão da COVID-19;
8. Reconhecimento/homenagem ao colega e servidor Cláudio Marques, dentro do culto discriminado no item 14, que faleceu por desdobramentos da COVID-19;
9. Live sobre COVID-19 e vacina em junho de 2021, de forma on line, via TEAMS, ministrada pela Dra. Ana Paula Burian, especialista em vacinação, com o auxílio e

participação das duas médicas do Tribunal, Dra. Daniela e Dra. Gabriela. Evento sob a condução do GT Palestras de QVT e Temas Eleitorais, contou com a participação de cerca de 80 pessoas;

10. Manutenção em 2021 de divulgação de matérias mensais de reflexão, de saúde e de qualidade de vida no trabalho (QVT) no jornal interno PARTICIPANDO para promover conhecimento, incentivos e reflexões para a adoção de estilo de vida mais leve e com maior QVT, tais como: “reserve algumas horas para o lazer”; “como ajudar alguém com depressão ou outro transtorno mental”; “por que a solidariedade é importante”;

11. Divulgação de textos, fotos e materiais no jornal interno PARTICIPANDO, pelo GT Atividades Físicas, tais como: vídeos de ginástica laboral; relato de servidor sobre pedaladas, realizadas inclusive na companhia de outros colegas do TRE-ES; relato de servidor sobre sua prática de *crossfit* e os benefícios dessa atividade;

12. Estudos, pelo GT Ambientação, sobre ambientação e atuação visando a cessão para o TRE-ES de curso de ambientação em EaD elaborado pelo TRE-MG;

13. Folder para reconhecimento/homenagem em relação ao falecimento do servidor requisitado Sr. Jelcimar Faria, que atuou como requisitado no Posto Eleitoral de Boa Esperança, divulgado no Teams e no Participando de agosto/2021;

14. Divulgação de dicas e eventos de cultura e lazer pelo GT Cultura e Lazer no canal do PQVT no Teams e por e-mail (o GT está em fase de formalização na Portaria da Comissão do PQVT);

15. Outras divulgações no canal do PQVT (e por e-mail): dia do amigo; dia dos pais; Dia Mundial de Prevenção do Suicídio; de eventos de QVT, tais como “Webinar sobre “Saúde dos Trabalhadores em tempo de pandemia: teletrabalho e ergonomia”, “Mindfulness”, “Roda de Conversa: A paternidade como viés de transformação”;

16. Elaboração de proposta para a Administração de continuidade e conclusão do ciclo de QVT - que foi interrompido em razão da pandemia e acabou não sendo apreciado e autorizado o Plano de Ação de QVT proposto em 2020 - de forma a ser realizada uma revisão no Plano anteriormente encaminhado;

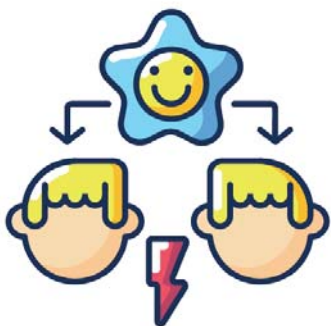
17. Orientação aos(às) gestores(as), análise e adaptação das ações sugeridas pelas Unidades com envio para apreciação da Administração da proposta do Plano de Ação de QVT 2022-2023, com base nos resultados da pesquisa de QVT aplicada em 2019, bem como na atualidade vivenciada com a pandemia e o modelo de gestão de atividades (MGA) que permite o trabalho híbrido (remoto e presencial);

Estão previstas ainda as seguintes atividades a serem realizadas no presente exercício

(outubro a dezembro de 2021):

1. Live sobre a temática de participação feminina na política, ministrada pela servidora Daniela, com Abertura pela Exma. Sra. Dra. Heloisa Cariello e Mediação pela servidora Giane Andrea Medeiros da Silva Souza;
2. Culto Ecumênico, de gratidão, ao final do ano;
3. Divulgação do Plano de Ação de QVT 2022-2023, após aprovação.

Núcleo de Gestão de Conflitos e Clima Organizacional (NUGECC)



O NUGECC foi formalizado por meio da Portaria nº 154, de 04 de maio de 2020, enquanto grupo de trabalho multidisciplinar da CPQVT com a finalidade de gerenciar situações de conflito no ambiente de trabalho que afetam o clima organizacional e a qualidade de vida no trabalho. É composto pelo chefe da SASPS; pelo secretário de gestão de pessoas; pela psicóloga

do TRE-ES; e pela presidente da CPQVT.

O Núcleo também propôs procedimentos específicos ao seu funcionamento por meio do SEI nº 0004266-60.2020.6.08.8000, de forma a expor o mínimo possível os aspectos conflituosos narrados pelas partes e focar na descrição da demanda, dos objetivos a serem alcançados, dos procedimentos e intervenções e das conquistas atingidas (ou soluções alcançadas), buscando, na medida do possível, um enfoque positivo do problema vivenciado.

Neste biênio, o NUGECC atuou em três situações de conflito no ambiente de trabalho, realizando um total de 23 reuniões em 2020 e 4 reuniões em 2021, seja com os integrantes no Núcleo entre si, seja também com os(as) servidores(as) envolvidos(as) para exposição da demanda, diagnóstico do problema, análise e apresentação de propostas de intervenção e execução das mesmas.

Grupo de Trabalho de Gestão por Competências



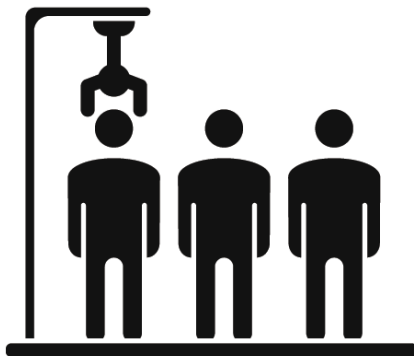
As atividades, em 2020 e 2021, do Grupo de Trabalho de Gestão por Competências (GT Competências), que abrange servidores(as) de unidades distintas, mas todos lotados na Secretaria de Gestão de Pessoas, envolveram:

Revisão das competências: foi realizada uma revisão aprofundada das competências transversais e gerenciais a partir de estudos, análises técnicas, algumas consultas a estudiosos e especialistas da área e reuniões de trabalho, trazendo como resultado uma redução no número de competências a fim de facilitar a realização de intervenções posteriores para reduzir as lacunas, além da criação de novas competências e do aperfeiçoamento na redação de outras.

Avaliação de competências: suporte à SGD e a servidores na execução da avaliação de competências e elaboração do relatório da avaliação de competências;

Regulamentação do modelo de gestão por competências no TRE-ES (Ato nº 285, de 13.07.2020): o normativo, proposto a partir de estudos realizados pelo GT Competências, passou a compreender a gestão por competências como seu mapeamento nas unidades, diagnóstico, plano de desenvolvimento e integração dos subprocessos de gestão de pessoas. O Ato, dentre outros aspectos, estabeleceu os objetivos deste modelo de gestão e instituiu o ciclo anual de competências, composto por: revisão de competências, avaliação de competências e elaboração do relatório final. Além disso, trouxe algumas mudanças, dentre as de maior relevância, a obrigatoriedade da participação dos(as) servidores(as) nas avaliações de competência.

Processos seletivos



Realização de processos seletivos para movimentação interna, para ocupação de funções de confiança e para trabalhos temporários, com divulgação de vagas em aberto visando dar transparência quanto à existência de vagas e dar oportunidade aos(as) servidores(as) de demonstrarem o seu interesse. As vagas são divulgadas por de edital enviado por e-mail e os(as) servidores(as) interessados(as) são convidados(as) a participar das etapas da seleção juntamente aos(as) gestores(as) da vaga, com o auxílio da SGP. De janeiro de 2020 a outubro de 2021, foram realizados processos seletivos para duas vagas para lotação e ocupação de função de confiança (FC.3). Foi realizada ainda, em 2020, uma entrevista para avaliação de perfil profissional para fim de lotação.

Dimensionamento da Força de Trabalho



Lançamento do 1º ciclo do Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) do TRE/ES, contemplando todas as unidades da sede e as 50 zonas eleitorais capixabas, referente ao período de agosto a dezembro de 2021. Maiores informações sobre este projeto encontram-se registradas no SEI 0003403-07.2020.6.08.8000;

Mapeamento das ocupações críticas



Lançamento do projeto-piloto de mapeamento de ocupações críticas do TRE/ES, contemplando todas as unidades da sede e 6 zonas eleitorais selecionadas para o piloto, quais sejam, 1^a, 4^a, 19^a, 37^a, 52^a e 53^a ZE's.

Curso “Dar feedback para promover o desempenho”



O conteúdo e o planejamento do curso “Dar feedback para promover o desempenho” foram desenvolvidos para o TRE-ES a partir da análise de demandas do clima organizacional e da gestão por competências, como produto aplicável da pesquisa realizada pela servidora Carina

Charpinel Ventrini no mestrado em Gestão Pública pela UFES. Considerando o usufruto da licença capacitação, a servidora apresentou o Plano de Aplicabilidade e realizou a criação do curso no ambiente virtual, com a inserção do conteúdo, atividades, exercícios; a criação de animações; e a inserção de legendas em vídeos.

O curso foi ofertado pela STC a todos(as) os(as) gestores(as) do Tribunal, distribuídos(as) em cinco turmas realizadas em 2020 e 2021. Em cada uma delas, a servidora Carina atuou como tutora, executando as atividades: acompanhamento dos(as) participantes; esclarecimento de dúvidas; orientações; correção e feedbacks da avaliação inicial e final; análise do desempenho de cada participante, por meio de gráfico, a partir do comparativo entre as diferentes aplicações das avaliações; e elaboração de relatórios de desempenho de cada turma, apresentados à STC e que se encontram disponíveis por meio do SEI nº 0002732-81.2020.6.08.8000.

No total, foram capacitados(as) 129 servidores(as) e todos(as) foram aprovados(as).

Considerando o desempenho das cinco turmas, 60 participantes alcançaram nota máxima na avaliação final (46,5%), sendo um resultado positivo expressivo diante do alto nível de dificuldade da avaliação final, com respostas discursivas.

O gráfico que se segue apresenta o desempenho médio de cada turma e o desempenho médio geral de todas as turmas, considerando as notas da aplicação de uma mesma avaliação discursiva em momentos distintos do treinamento:

1ª aplicação: antes de acessarem o conteúdo do curso (avaliação inicial), com o objetivo de verificar os conhecimentos e as habilidades relativos a dar feedback prévios ao curso;

2ª aplicação: após realizarem todas as atividades do curso (avaliação final), a fim de verificar os conhecimentos e as habilidades relativos a dar feedback adquiridos após o curso;

3ª aplicação (opcional): após os feedbacks da tutora à avaliação final, a fim de verificar os conhecimentos e as habilidades relativos a dar feedback após os feedbacks da tutora para aperfeiçoamento do desempenho.

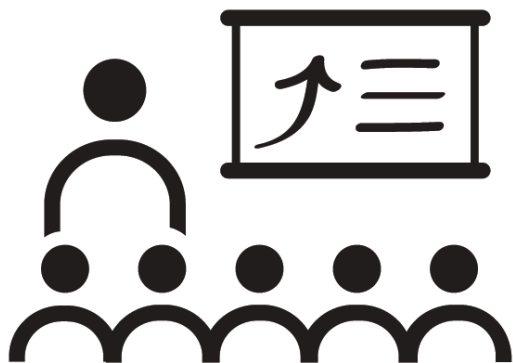
Tal mensuração e comparação do desempenho entre a avaliação inicial e a avaliação final conduzem à reflexão sobre o impacto do treinamento na aquisição de habilidades de feedback dos(as) participantes, demonstrando a eficácia do curso no sentido de alcançar os seus objetivos propostos, ainda mais se for considerada a complexidade da avaliação, que exigiu dos(as) aprendizes a articulação de diversos conhecimentos aprendidos e de níveis profundos de análise relativos à competência 'dar feedback'.

Foram realizadas, ao longo das turmas, modificações no programa de ensino que pudessem contribuir para o processo de ensino-aprendizagem e que foram implementadas a partir da análise das respostas dos(as) participantes à avaliação de reação, como a elaboração de apostila, melhorias na formatação, nas configurações e na navegação pelo ambiente virtual, alterações em vídeos e na avaliação inicial e final. Tais aperfeiçoamentos vão ao encontro do que o curso se propôs a ensinar no sentido de o feedback dos(as) participantes promover melhorias no desempenho dos(as) envolvidos(as) com o planejamento e o desenvolvimento do treinamento. Dessa forma, não somente os(as) aprendizes receberam feedbacks da tutora de modo possibilitar aprimoramentos no seu desempenho de 'fornecer feedbacks' como também puderam exercitar a prática de dar

feedbacks à tutora por meio da avaliação de reação e a demais possíveis servidores(as) envolvidos(as) com a área de capacitação do Tribunal.

Por fim, após o encerramento das cinco turmas do curso, foi apresentado, no SEI nº 0002732-81.2020.6.08.8000, um relatório geral acerca dos resultados alcançados e com análises que possam vir a contribuir de alguma maneira com a área educacional do TRE-ES, inclusive com os principais feedbacks positivos recebidos e os aspectos a serem aprimorados.

Política de capacitação e treinamento de pessoal

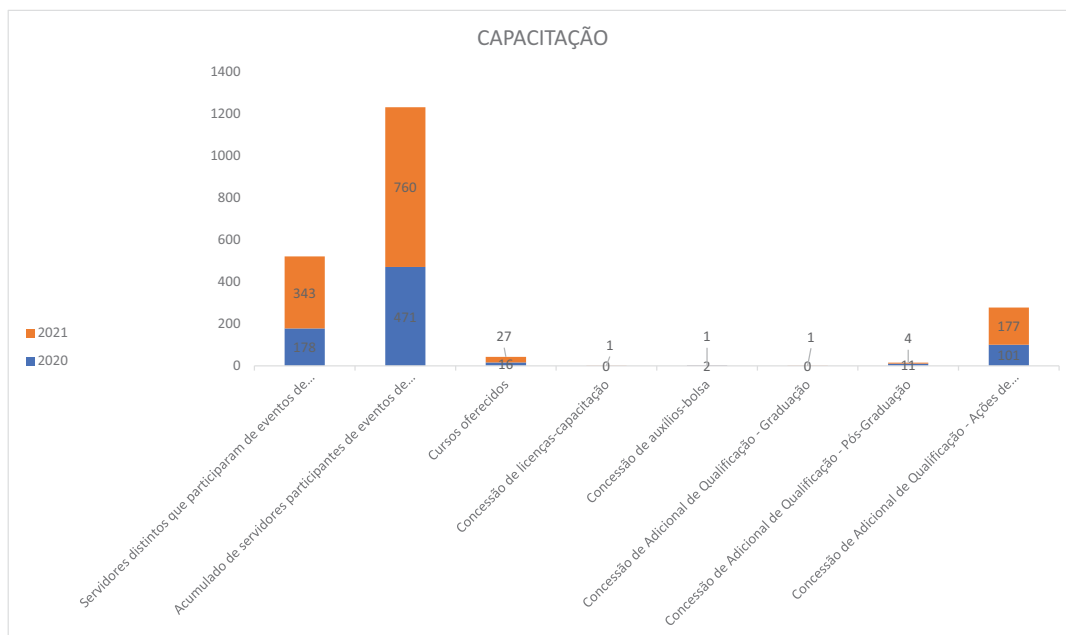


As demandas para capacitação foram baseadas prioritariamente no Plano de Capacitação, previsto para o exercício 2020-2021, elaborado com base no resultado da revisão de Competências realizado por este Tribunal, constituindo um instrumento para o desenvolvimento das competências individuais dentro das unidades do TRE/ES, considerando a realização de eventos de capacitação na modalidade aberto, fechado, EaD, congressos, seminários, fóruns, simpósios, entre outros.

Em preparação para o processo eleitoral, 107 magistrados e servidores, de cartório e secretaria, participaram de treinamentos.

RELATÓRIO DE GESTÃO

2020/2021



AÇÕES SOCIAIS



Campanha de doações em favor das vítimas das chuvas no Sul do Estado (Iconha, Alfredo Chaves e Vargem Alta);



Campanha de doação para compra das cestas de natal em favor dos nossos colaboradores terceirizados.



Já em 2021, foi fomentada uma ação social de inverno, com uma campanha para aquisição de alimentos/cestas básicas, de cobertores, de roupas e calçados, que foram distribuídos a famílias cadastradas junto à instituição Grupo da Fraternidade Jeronymo Ribeiro, em Vila Velha.

Já foi iniciada a arrecadação de valores para a Campanha de doação para compra das cestas de natal em favor dos nossos colaboradores terceirizados.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO CICLO 2021/2026





"É preciso que a instituição possua um bom planejamento da sua estratégia para que as gestões posteriores tenham a necessária orientação para a execução de projetos que as conduzam de forma coincidente ao alcance da missão institucional."

As modernas ferramentas gerenciais possibilitam a adaptação institucional às demandas que surgem, particularmente no Poder Judiciário brasileiro, em razão da sua difusão, de forma efetiva, pelo Conselho Nacional de Justiça, que auxilia fortemente os Tribunais dos diversos segmentos na implementação de seus planos estratégicos".

Desembargador Samuel Meira Brasil Jr - Presidente

Foi aprovado, mediante a Resolução TRE-ES n. 94, de 28/6/2021 (https://www.tre-es.jus.br/o-tre/governanca-e-gestao/arquivos/resolucao-94/rybena_pdf?file=https://www.tre-es.jus.br/o-tre/governanca-e-gestao/arquivos/resolucao-94/at_download/file), o Planejamento Estratégico Institucional, precedido pelo devido processo de elaboração, constituído pelas etapas de análise de cenário, eleição de indicadores e metas e planos de ação.

A Presidência orientou os procedimentos, participando diretamente da pesquisa de análise de cenários – análise SWOT -, que identificou um cenário positivo, na instituição, obtendo um valor de **65,16%** no Índice Avila de Favorabilidade.

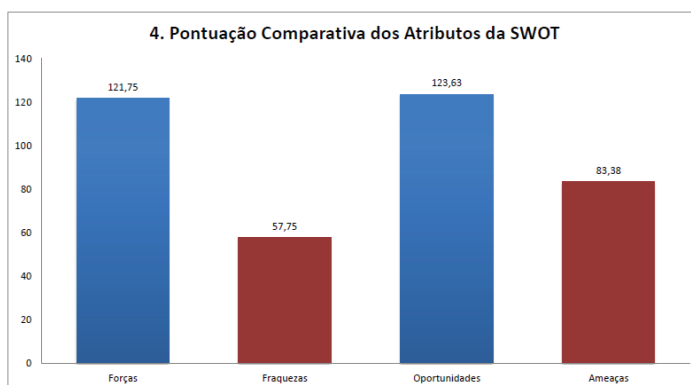
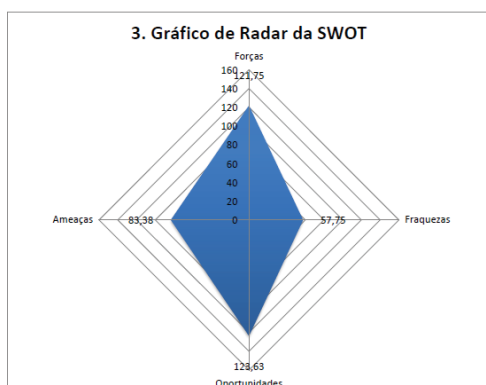


Planilha de Análise SWOT 2.0

1. Índice Avila de Favorabilidade		65,16%
2. Análise SWOT	Forças	121,75
	Fraquezas	57,75
	Oportunidades	123,63
	Ameaças	83,38



Favorável - Parece que o seu negócio está bem, cabe saber se a sua análise não foi muito otimista. Lembre-se que os valores que você atribuiu aos itens da SWOT que fizeram ele chegar nesse valor



A análise das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, foi elaborada com base nos macroprocessos que compõem a Cadeia de Valor do TRE-ES, quais sejam:

- **Macroprocessos Principais**
 - Cadastro Eleitoral
 - Registro Partidário
 - Gestão Processual
 - Eleições
- **Macroprocessos de Apoio**
 - Pessoas
 - Tecnologia e Comunicação
 - Bens e Serviços
 - Logística
 - Infraestrutura Física
 - Segurança
 - Orçamento e Finanças

Tal associação demonstrou-se deveras importante, tendo em conta que as diversas unidades que compõem a estrutura orgânica do TRE-ES detêm suas atribuições, dentro da Cadeia de Valor, e realizam suas entregas com essa visão sistêmica, conhecendo seus clientes finais, mas, também, conhecendo os processos das demais categorias, mesmo porque muitos desses processos são transversais.

Essa transversalização constitui uma característica a que as instituições públicas têm se adaptado, exigindo a aquisição de competências diversas, dos servidores, e uma grande capacidade de polivalência.

Estabeleceu-se, então, o Mapa Estratégico, contendo a Missão Institucional, Visão, Macrodesafios e Perspectivas.



As Unidades, a partir do resultado da análise de cenários, reuniram-se, internamente, buscando traçar seus indicadores estratégicos, de forma a alcançarem, dentro do sexênio estabelecido, uma melhor performance, em face das demandas que demonstram a exigência cada vez mais elevada da sociedade.

Foram realizadas 8 (oito) reuniões de definição da estratégia, coordenadas pela Assessoria de Planejamento Estratégico, ocasiões em que as Unidades estabeleceram metas e indicadores de desempenho, para cada ano dos seis que constituem o ciclo atual.

A metodologia adotada prevê a aplicação de indicadores de resultado e de esforço, sendo que a cada Macrodesafio foi associado, ao menos, um indicador de resultado e, a este, ao menos um indicador de esforço.

Os indicadores de resultado refletem a objetividade da organização, com medições dos efeitos realizadas em determinados períodos, ligados diretamente aos Macrodesafios.

Os indicadores de esforço, ligados aos indicadores de resultado, medem as causas antes de o efeito acontecer e acompanham a execução dos planos de ação.



Indicadores de desempenho são uma ferramenta métrica de gestão que apresenta dados quantitativos e qualitativos sobre a performance da organização. Eles são capazes de mensurar se as ações desempenhadas estão cumprindo com os objetivos previstos em planejamento.

Dos indicadores, constam metas de alcance dos objetivos, com característica de desafio para que as equipes sejam motivadas, sem que sejam inalcançáveis. Constam, ainda, ações estratégicas como instrumentos operacionais do alcance das metas.

A metodologia foi desenvolvida pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP – e adotada por esta Administração em razão da sua praticidade e modernidade, características imprescindíveis para o impulsionamento da gestão institucional.

Foram, então, definidos 9 (nove) Macrodesafios, 16 (dezesesseis) Indicadores de Resultado, 26 (vinte e seis) Indicadores de Esforço e 41 (quarenta e uma) Ações Estratégicas para o alcance das metas estabelecidas.

O esforço de toda a Instituição para o alcance das metas, certamente, redundará em um ganho significativo para a sociedade capixaba.

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL



O Conselho Nacional de Justiça, dando continuidade à sua política de empatia do Poder Judiciário com as demandas da sociedade, elaborou a Resolução n. 400/2021, com

diretrizes que promovem a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas.

Com base nessas premissas, foi elaborado o novo Plano de Logística Sustentável (PLS), com metas e indicadores de medição mensal, que auxiliam na gestão das iniciativas estratégicas destinadas à melhoria da performance organizacional, no aspecto ambiental.

INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAIS

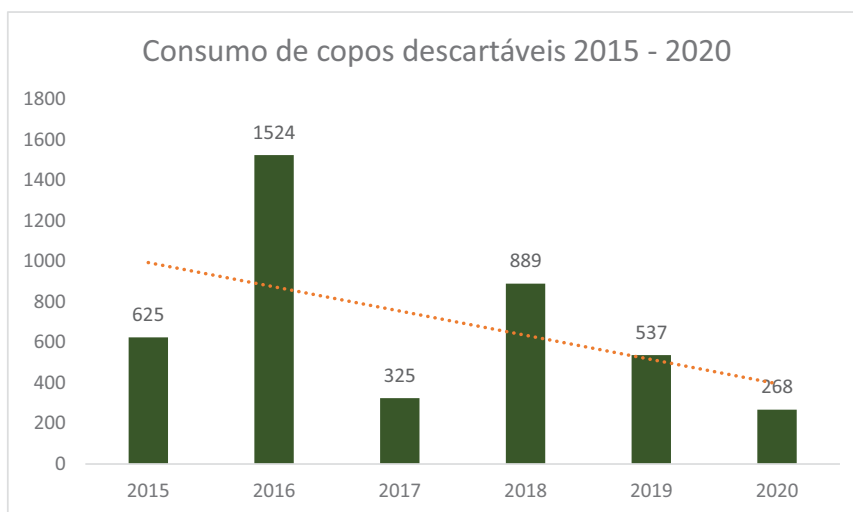


Dentre os indicadores de desempenho socioambiental, alguns merecem destaque:

O consumo de copos descartáveis observou o seu menor índice, em 2020, mormente em razão do trabalho remoto instituído no TRE-ES.

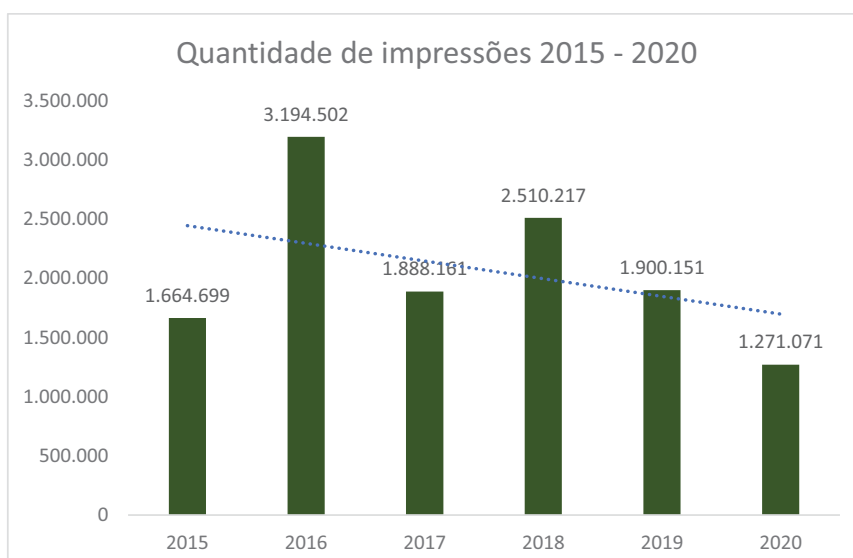
Nada obstante a pandemia constituir fator importante, ressalta-se a tendência de queda na aquisição/utilização de copos descartáveis, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

Ainda que haja utilização de copos descartáveis, deve-se salientar que os copos adquiridos são produzidos com amido de milho, encontrando-se, esta aquisição, nos melhores critérios de sustentabilidade.

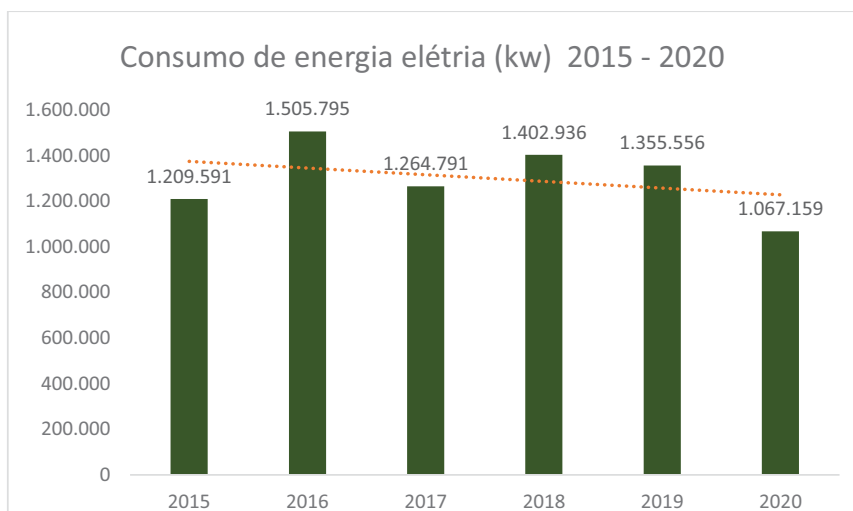


Da mesma forma, a atividade de impressão observou uma grande queda, não somente em razão da pandemia, mas pela adoção da modalidade virtual na tramitação de processos administrativos e judiciais (SEI e PJe).

A redução contemplou, não somente os custos com aquisição de papel, mas, também, a adoção do procedimento de contratação de *outsourcing* tem mantido as despesas com impressões em um nível razoável, tendo em conta que, no ano 2020, foram realizadas Eleições Municipais, evento que é, eminentemente, físico, em sua consecução, passando a virtual somente em sua totalização.

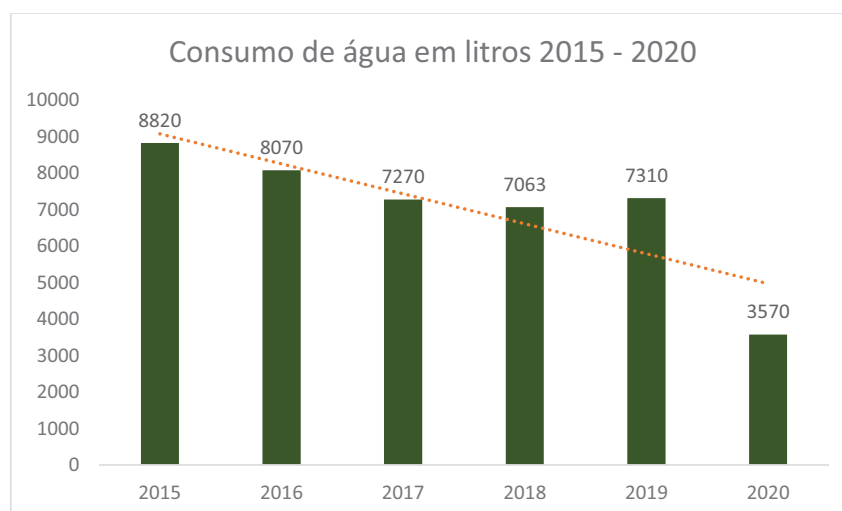


O consumo de energia elétrica, igualmente foi reduzido, em razão da adoção da modalidade de trabalho remoto. Com a grande maioria dos servidores realizando suas tarefas laborais em sua própria casa, o consumo – e consequentemente, as despesas – com energia elétrica observaram significativa redução.



A redução observada no consumo de água tratada merece destaque, pois alcançou mais de 50% em relação ao ano anterior.

Relativamente ao ano que iniciou a série histórica (2015), a redução chegou a 60%.



MEMÓRIA ELEITORAL



O dia 10 de maio foi eleito o Dia da Memória do Poder Judiciário, a partir de uma votação que ocorreu em um grupo de discussão (Memojus) que congrega servidores das áreas de Memória de todos os segmentos do Judiciário Brasileiro. Foi especialmente escolhida por se tratar de uma data representativa no contexto político brasileiro. Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, o príncipe regente D. João criou a Casa de Suplicação do Brasil no Rio de Janeiro, por meio do Alvará régio de 10 de maio de 1808. A criação desse Tribunal representou a independência judiciária do Brasil em relação a Portugal, pois, a partir dele, não mais houve direcionamento da maior parte dos agravos ordinários e apelações a Lisboa.

O CNJ, por meio da Resolução 316/2020, ratificou essa criteriosa escolha e, por meio do art. 40 da Resolução 324/2020, determinou a instituição de ambiente virtual para a preservação e a divulgação das informações relativas à memória:

Art. 40. Os órgãos do Poder Judiciário deverão instituir ambientes físico e virtual de preservação e divulgação de informações relativas à memória, produzidas ou custodiadas pelo órgão, seja por meio de Museu, Memorial ou Centro de Memória, de caráter informativo, educativo e de interesse social.

Com esse respaldo histórico e legal, o dia 10 de maio de 2021 foi, honrosamente, escolhido como a data ideal para o lançamento do Museu Virtual do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo, fruto do trabalho da Comissão Permanente de Preservação da Memória da Justiça Eleitoral do TRE/ES, direcionado pela Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação do TRE/ES, inspirando a promoção de ações de conservação do seu acervo memorial, ao lado de todos os tribunais brasileiros.

Ao passear pelo Museu Virtual do TRE/ES (<https://sites.google.com/view/museu-virtual-trees/o-museu>), o cidadão terá contato com um rico acervo, que abriga objetos e documentos históricos, galerias de fotos, entrevistas carregadas de emoção com pessoas que por aqui passaram, trabalharam e deixaram as suas marcas, além de outras memórias que tendem a tirar da opacidade as experiências passadas.



Roberto de Aguiar 1

Sessão de instalação do Tribunal Regional do Estado do Espírito Santo.

Em 12 (doze) dias do mês de junho de 1945, às 14 (quatorze) horas, conforme ficou anunciado publicado nos órgãos de imprensa local, em uma das salas do edifício sito à rua José de Anchieta, nº 110 (cento e dez), nesta cidade presentes os membros nomeados para constituir o referido Tribunal: Des. Assessorador Des. Octavio de Carvalho Temporário (Presidente) e José Vicente de Sá, os juizes de Direito Des. Euripedes Dutra de Valle e Kaprida de Almeida e o jurista Dr. Augusto Emilio de Estrela Fidei, presente, também, o Dr. Ar. Vicente Caetano (Procurador Geral do Estado) e o Dr. Presidente declarou aberta a sessão. Compareceram ao ato varios autoridades e juristas, e outros pessoas representantes dos varios grupos sociais, havendo o Dr. Presidente convidado a tomarem assento a sua direita e esquerda, a mesa do trabalho, respectivamente, os Drs. José Sette, Secretario do Tribunal, Agostinho e Americo Ribeiro Coelho, Presidente do Conselho Administrativo.

Ata de Instalação do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, em 12 de junho de 1945

CRIAÇÃO DO COMITÊ DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO FEMININA E EQUIDADE DE GÊNERO



O Comitê Gestor de Incentivo à Participação Feminina e Equidade de Gênero foi instituído por meio do Ato nº 475 e contou com o apoio do Presidente do TRE-ES, Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior. A presidência da comissão ficou sob os cuidados da juíza Heloísa Cariello, que assumiu o desafio de promover ações para estimular o aumento da participação feminina na política estadual: *"Nós somos mais da metade do eleitorado capixaba e apenas 5% das mulheres são votadas para cargos eletivos. Espero que o Comitê possa jogar uma luz sobre esse problema de representação e proporcionar o aumento na quantidade de candidaturas femininas em todo o Espírito Santo"*, destacou.

Fazem parte do Comitê, além da juíza Heloísa Cariello, as servidoras Aline Cândida Mendonça, da Corregedoria do TRE-ES; Letícia Bertolo dos Santos Rosemberg, da 3ª ZE (Cachoeiro de Itapemirim); e Aigline de Menezes Paes Vervloet, da 55ª ZE (Vila Velha).

MESA REDONDA

A Eficácia dos Instrumentos de Equidade de Gênero e o Resultado das Eleições 2020

A mesa-redonda "A Eficácia dos Instrumentos de Equidade de Gênero e o Resultado das Eleições 2020", realizada no dia 5 de março de 2021, promoveu uma

reflexão sobre a reduzida participação feminina em cargos eletivos no Estado e em todo o Brasil e traçou possíveis soluções para aumentar a representação em todas as esferas públicas. O evento foi a primeira ação do Comitê Gestor de Incentivo à Participação Feminina e Equidade de Gênero instituído pelo Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

(TRE-ES) e teve transmissão ao vivo pelo canal da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal pelo youtube: www.youtube.com.br/ejees.

A abertura do evento coube à presidente do Comitê, juíza Heloísa Cariello, que apresentou dados sobre as últimas eleições e como o número de eleitas não representa a quantidade do eleitorado feminino. Em seguida, o vice-presidente e corregedor do TRE-ES, Desembargador Carlos Simões Fonseca, fez seu pronunciamento, onde destacou a importância da participação das mulheres em todos os setores e relatou, como exemplo de obstinação, algumas dificuldades enfrentadas por sua mulher, a Desembargadora Janete Vargas Simões, no início de sua carreira. A juíza Marianne Júdice, presidente da Amages, também fez sua manifestação destacando a importância da criação da comissão.

Participaram do evento os juízes do Pleno do TRE-ES, Ubiratan Almeida Azevedo, Renan Salles e Fernando César Baptista de Mattos (diretor da Escola Judiciária Eleitoral); o juiz auxiliar da Corregedoria, Daniel Barrioni; coordenador da EJE-ES, Vinícius Quintino de Oliveira; as servidoras Giane Silva, Ariany Nichetti e Aline Cândida Mendonça. O debate contou com audiência de todo o Brasil e de países da América Latina, como Argentina e Bolívia.



O Comitê Gestor de Incentivo à Participação Feminina e Equidade de Gênero do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) tem como coordenadora a MM^a Juíza de Direito Heloísa Cariello.

O Comitê de Incentivo à Participação Feminina e Equidade de Gênero realizou, no dia 27 de agosto de 2021, o evento intitulado “1º Encontro do CGIPFEG”.

A reunião, realizada por meio de videoconferência na plataforma zoom, teve como objetivo principal promover o debate em torno da igualdade de gênero no ambiente institucional e na política em geral, tendo como público-alvo, especialmente, as servidoras e magistradas do TRE-ES. Participaram também do evento o Diretor-geral do Tribunal, Alvimar Dias Nascimento e o Secretário de Gestão de Pessoas, Adriano Moreira de Souza, além de outros convidados.

A abertura foi realizada pela juíza Heloísa Cariello, que enfatizou a importância desse tema no cenário atual, em que a valorização da mulher ainda é um desafio tanto no âmbito das instituições, de determinadas carreiras e também na política, por isso a relevância de que a participação feminina seja incentivada por meio de ações efetivas a serem realizadas pelos Comitês criados para tal finalidade. A magistrada apresentou em slides a composição do CGIPFEG do TRE-ES, a logomarca criada especialmente para o Comitê, bem como os objetivos e propostas de atuação.

A palestrante convidada, Polianna Pereira dos Santos, coordenadora do Projeto de Sistematização das Normas Eleitorais do TSE, Mestre em Direito Político (UFMG), Diretora Presidente da Associação Visibilidade Feminina e Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), abordou a contextualização histórica da luta pela igualdade feminina, ressaltando a dificuldade cultural arraigada em nossa sociedade em relação à valorização da mulher nos espaços de poder.

A juíza Gisele de Souza Oliveira, subcoordenadora do Comitê, abordou os desafios da atuação da mulher no exercício magistratura, especialmente na Justiça Eleitoral, compartilhando exemplos de dificuldades vivenciadas pela própria magistrada em sua atuação, principalmente em cidades do interior, onde as disputas políticas acirradas exigem da mulher magistrada um esforço muito maior pelo respeito à sua jurisdição.

A magistrada apresentou também, em formato de slides, dados estatísticos relacionados à participação das servidoras no ambiente institucional do TRE-ES. Os dados demonstraram que, embora a grande maioria das servidoras tenha alta capacitação, menos da metade dos cargos de chefia são ocupados por mulheres, destacando que um dos objetivos do Comitê é modificar essa realidade.

O evento teve duração de, aproximadamente, 1h30 e foi encerrado após os debates em torno das perguntas feitas pelos participantes.

CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO



O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) criou a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, em atendimento à Resolução nº 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Por meio do Ato nº 45/2021, o Presidente do TRE-ES, Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior instituiu a Comissão em primeira e segunda instâncias e definiu os nomes de seus componentes, que terão como principal função manter um canal permanente de acolhimento, acompanhamento e orientação de pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional.

A Presidente da Comissão de Primeiro Grau, é a Juíza Gisele Souza de Oliveira, e, ainda, compõem a comissão em primeira instância a magistrada Inês Vello Corrêa; os servidores Fabíola Solar de Almeida Gomes, Roberta Nogueira Borges, Fabrício Sperandio Picinati; a colaboradora Maria Aparecida Lucas Amorim e a estagiária Danielle Evangelista da Rocha.

A comissão em segunda instância é presidida pelo magistrado Ezequiel Turíbio e composta pela Juíza Heloísa Cariello, pelos servidores Carina Charpinel Ventorini, Marcos Venturott Ferreira e Heloisa Bittencourt Weber, pelo colaborador Mackson Kavin Martins Barbosa Dutra e pela estagiária Nathalia Wanzeller Nascimento.

 BALCÃO VIRTUAL

O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) instituiu, no mês de abril de 2021, o Balcão Virtual, uma plataforma de atendimento por videoconferência para a comunicação dos advogados e partes processuais com os cartórios eleitorais de todo o Estado. A regulamentação do serviço se deu por meio da Portaria Conjunta PRE/CRE nº 2/2021, assinada pelo presidente do Tribunal, Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior; e pelo vice-presidente e corregedor, Desembargador Carlos Simões Fonseca.

De acordo com a portaria, os cartórios eleitorais manterão salas virtuais que permanecerão abertas durante o horário previsto para o atendimento presencial, de 12h às 18h, de segunda a sexta-feira. Cada sala terá pelo menos um servidor, que poderá atuar de forma remota. Ele prestará o primeiro atendimento e, caso necessário, convocará outros servidores da unidade para realizar agendamento, pelos meios eletrônicos disponíveis, para a complementação da demanda.

O endereço eletrônico das salas de atendimento virtual [pode ser acessado na página do Portal do TRE-ES](#) e é destinado a consultas por parte dos advogados interessados. O Balcão Virtual não poderá ser usado para o protocolo de petições, que deverão ser encaminhadas pelo Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Medalha de Alta Distinção “Ministro Célio Silva”

O jurista e ex-ministro do TSE, Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, acompanhando do presidente do Colégio Permanente de Juristas da Justiça Eleitoral e juiz membro do TRE-GO, Vicente Lopes da Rocha Júnior, e do juiz membro do TRE-ES e vice-presidente região sudeste do COPEJE, Rodrigo Marques de Abreu Júdice, fizeram

a entrega da medalha de Alta Distinção Ministro Célio Silva ao presidente do TRE-ES,

Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, e ao governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande.

A honraria foi entregue no dia 16 de junho de 2021, em evento virtual, como forma de destacar o trabalho de ambos na defesa dos princípios da democracia. Rodrigo Júdice, juiz membro do TRE-ES, reforçou a importância da homenagem: "Essa medalha tem o intuito de agraciar personalidades que, ao longo da história, fortaleceram a Justiça Eleitoral e a democracia. Recentemente, durante um evento, defendi a postura dos senhores no fortalecimento dos Poderes e das instituições. A diretoria do COPEJE reconhece o trabalho de Vossas Excelências nesse fortalecimento".

A Medalha de Alta Distinção Ministro Célio Silva é a mais alta comenda do Colégio Permanente de Juristas da Justiça Eleitoral Brasileira – COPEJE. Foi criada em 18 de novembro de 2016, após aprovação em Assembleia Geral e regulamentada pela Resolução do COPEJE nº 01/2017.

A Ordem de Mérito de Alta Distinção do COPEJE é destinada a agraciar membros do Judiciário, em exercício ou não, que prestaram relevantes serviços à Justiça Eleitoral Brasileira, além de autoridades que contribuíram para o enaltecimento da categoria dos juristas e do direito eleitoral.

A Comenda leva o nome do Ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Célio Silva, que integrou o TSE na classe dos juristas, ocupando o cargo de ministro substituto entre 1966 e 1969, posteriormente nomeado como ministro efetivo exercendo o referido cargo até 1971.

Webinário promovido pela Escola Judiciária Eleitoral, do TRE/ES, debateu "O Projeto de Código Eleitoral - Temas Atuais e Inovações em Discussão"



O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), por meio da Escola Judiciária Eleitoral, promoveu o webinar "O Projeto de Código Eleitoral - Temas Atuais e Inovações em Discussão".

O evento foi realizado no dia 16.6.2021, e, durante as duas horas de transmissão, os participantes do evento tiveram a oportunidade de refletir sobre os rumos da Justiça Eleitoral e destacar sua importância para a Democracia nacional.

Atendimento ao Cidadão



Com o objetivo de agilizar o contato e garantir o melhor atendimento das demandas dos eleitores de todo o Estado, o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) distribuiu aparelhos celulares para os cartórios e torna pública a lista com os números para o acesso.

No link www.tre-es.jus.br/o-tre/cartorios estão disponibilizados os endereços dos cartórios eleitorais de todo o Estado e o número do telefone celular para contato. O horário de atendimento das unidades da Justiça Eleitoral é das 12h às 18h, de segunda a sexta-feira.

ACESSIBILIDADE



Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Brasil, cerca de 17,3 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência, o equivalente a 8,4% da população geral.

A Constituição prevê a igualdade material entre todos, assim sendo, é de responsabilidade do governo criar condições capazes de fazer com que as pessoas que enfrentam situações

desiguais consigam atingir os mesmos objetivos, contudo, a ausência de oferta de condições de acessibilidade àqueles que precisam cria uma situação de vulnerabilidade.

Desta forma, visando garantir uma vida digna e justa, por meio da facilitação e da adoção de medidas empoderadoras aos cidadãos portadores de deficiência, e em cumprimento às ações de acessibilidade propostas na Resolução CNJ nº. 230/2016 (revogada e substituída recentemente pela Resolução CNJ nº 401/2021), bem como deliberações da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão desta corte, o TRE/ES contratou, em 2019, a empresa LAPORTI ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA para elaboração de estudo técnico e projetos para adequar as dependências dos edifícios Sede e Anexo deste Tribunal aos critérios de acessibilidades fixados nas normas em vigor que tratam da matéria, ao custo de R 33.850,00.

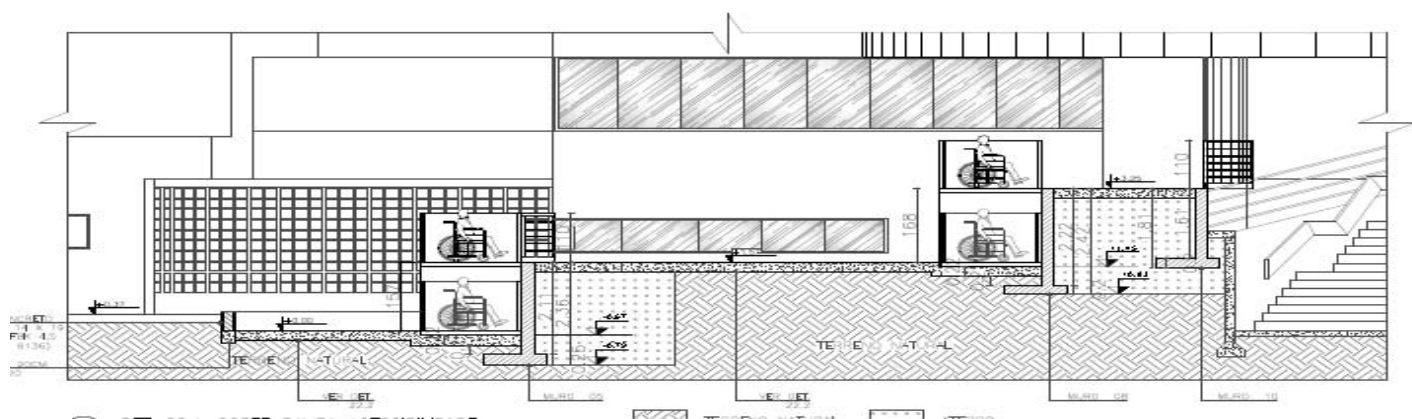
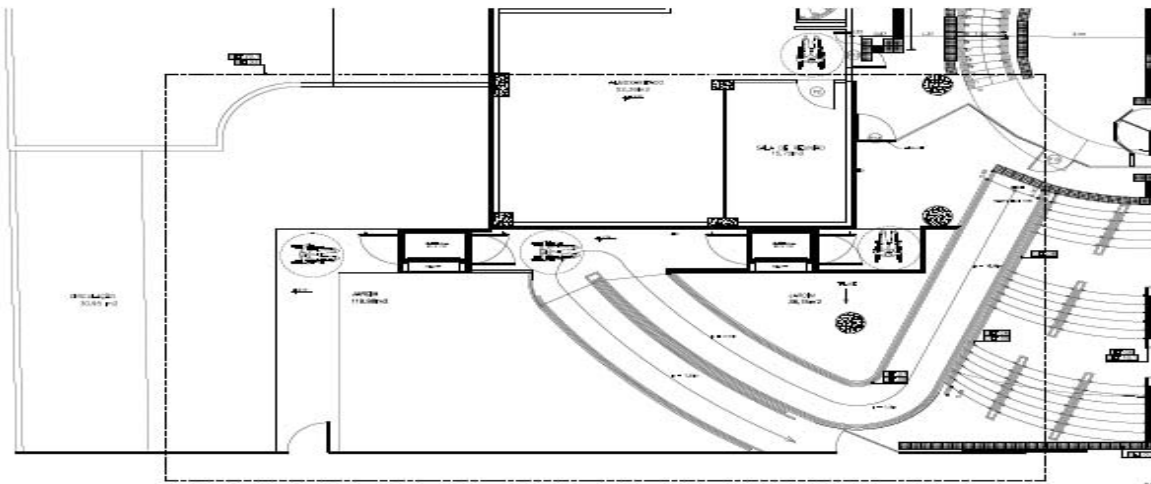
Vale informar, que o foco da referida contratação foi a acessibilidade arquitetônica, onde considerou-se a adequação de espaços, a extinção de barreiras físicas e ambientais, tais como, rampas, elevadores e banheiros adaptados, corrimãos e guarda corpos, corredores com piso tátil, etc.

Pois bem, em razão da inviabilidade de implementação integral do escopo projetado, devido ao elevado custo, priorizou-se a contratação dos serviços de construção/adaptação da via de acesso externo ao edifício Sede do TRE/ES, considerando que as características das rampas existentes não mais atendem às atuais normas de acessibilidade da prefeitura Municipal de Vitória.

Para tanto foi contratada, na Tomada de Preços nº 01/2021, a empresa DUAL ENGENHARIA EIRELI para a execução desta obra, no valor de R\$ 573.642,56. Para 2022 foi previsto na Proposta Orçamentária do TRE-ES o valor de R\$ 1.100.000,00 para implementação da segunda etapa das obras de adequação dos imóveis às atuais regras de acessibilidade.

Registre-se que as intervenções não impactarão na fachada da edificação, sendo preservada toda harmonia arquitetônica.

Para fins de ilustração, segue abaixo projeto da nova rampa, devidamente equipada com plataformas elevatórias:



Em setembro de 2021, o TRE-ES realizou julgamento do último processo físico



O último processo físico que tramitava na Corte foi julgado o de n. 31-62.2018.6.08.0000, que teve como relator, o juiz Ubiratan Almeida Azevedo.

Um marco histórico para a Justiça Eleitoral do Espírito Santo. No dia 18 de setembro de 2021, o Pleno do TRE-ES julgou o último processo físico, após a adoção do sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe).

A votação foi motivo de elogio por parte dos magistrados durante a sessão presidida pelo Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior.

Participaram da sessão o presidente do TRE-ES, Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior; o vice-presidente e corregedor, Desembargador Carlos Simões Fonseca; os juízes eleitorais Heloisa Cariello, Ubiratan Almeida Azevedo, Lauro Coimbra Martins, Renan Sales e Rogério Moreira Alves; o diretor geral Alvimar Dias Nascimento; e o procurador regional eleitoral, André Pimentel; além de advogados e servidores da Justiça Eleitoral.



O PJe vem sendo implantado na Justiça Eleitoral desde 2015, quando começou a ser utilizado inicialmente para a tramitação de algumas classes processuais originárias do TSE. O sistema foi disponibilizado em unidades judiciais vinculadas ao Regional no ano de 2017.

Desde o início da presente gestão, o Tribunal buscou migrar todos os processos físicos para os sistemas virtuais. Os processos administrativos foram para o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), enquanto os processos judiciais foram migrados para o Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Ao todo, foram mais de 800 (oitocentos) processos, totalizando mais de 120.000 (cento e vinte mil) páginas digitalizadas e migradas para os sistemas respectivos. Esse trabalho foi suspenso, durante o período eleitoral, e retomado, com êxito, após as eleições, tendo sido concluído no mês de setembro de 2021.

SESSÃO DE JULGAMENTO NA MODALIDADE HÍBRIDA



Na tarde do dia 29 de novembro de 2021, o TRE/ES realizou sua primeira Sessão de Julgamento, em modo híbrido (presencial e virtual).

Na ocasião, tomou posse como juiz titular do Pleno do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, (TRE-ES) pela classe dos juristas, em sessão híbrida no final da tarde desta segunda-feira (29), o advogado Lauro Coimbra. Nomeado pela Presidência da República, o magistrado ocupará o cargo de juiz titular pela Classe dos Juristas pelo biênio 2022/2023.

Enquanto Membros do Tribunal participaram de outros locais, conectando-se pelo sistema de videoconferência, outros encontravam-se presentes no Plenário do Tribunal.

O presidente do TRE-ES, Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, conduziu virtualmente a cerimônia e chamou o empossado, que estava presente no Plenário, para a assinatura do Termo de Posse, que foi realizada após a leitura feita pela diretora-geral em substituição, Leila Gomes. Participaram da posse o vice-presidente e Corregedor do Tribunal, Desembargador Carlos Simões Fonseca; os juízes eleitorais Heloisa Cariello, Ubiratan Almeida Azevedo, Renan Sales e Rogério Moreira Alves; e o procurador regional eleitoral, Júlio de Castilhos.

Além dos membros do Pleno, prestigiaram a posse o vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado e futuro presidente do TRE-ES, Desembargador José Paulo Calmon Nogueira da Gama e o futuro vice-presidente e corregedor do TRE-ES, Desembargador Namyr Carlos de Souza Filho; e inúmeras autoridades presentes, entre juízes federais, promotores, advogados e familiares do empossado, que substituirá o magistrado Rodrigo Marques de Abreu Júdice, juiz do Pleno por dois biênios consecutivos.

A experiência híbrida foi um sucesso, proporcionando mais essa alternativa para que haja efetiva participação de todos os membros, nas Sessões de Julgamento, em que haja algum empecilho para um ou mais Membros participarem.

POLÍTICA DE INTEGRIDADE

O Conselho Nacional de Justiça, regulamentando, no âmbito do Poder Judiciário, a Lei n. 12.846/2013, editou a Resolução CNJ n. 410, de 23 de agosto de 2021, que dispõe sobre normas gerais e diretrizes para a instituição de sistemas de integridade, no âmbito do Poder Judiciário, especialmente quanto à implementação dos mecanismos, instâncias e práticas, visando à prevenção, à detecção e à punição de fraudes e demais irregularidades, nos órgãos que compõem o Poder Judiciário.

Ciente de que o objetivo principal deste Tribunal é servir ao interesse público, de acordo com os padrões éticos, valores e expectativas da sociedade, administrando diligentemente os recursos por ela providos, o TRE-ES aprovou a Resolução n. 135, de 17 de novembro de 2021, instituindo a Política de Integridade, na Justiça Eleitoral do Espírito Santo.

O normativo estabelece as diretrizes e os pilares que sustentarão o programa de integridade, que será desenvolvido, no âmbito desta Corte Eleitoral, a saber:

- I – Comprometimento da Alta Administração, que assegurará a sua criação e funcionamento;
- II – Definição da instância responsável pelo acompanhamento, monitoramento e gestão das ações e medidas de integridade a serem implementadas;
- III – Análise de riscos de Integridade, que guiará a identificação e avaliação contínuas dos riscos aos quais a instituição possa se encontrar em vulnerabilidade;
- IV – Monitoramento permanente das iniciativas, promovendo os ajustes necessários a cada alteração de cenário, com aprimoramento e capacitação contínuos.

AQUISIÇÕES**Acervo literário**

O acesso a Biblioteca Digital Saraiva, via intranet do TSE, passou a ser disponibilizado para os servidores do TRE/ES, bem como foram adquiridos, no intuito de atualizar o acervo bibliográfico, cerca de 160 (cento e sessenta) livros impressos sobre diversos temas importantes para diversos setores do Tribunal (Direito Eleitoral, Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Penal e Processual Penal, Direito Civil e Processual Civil, Direito Digital, Direitos Humanos, Direito Tributário, Ciência Política, Hermenêutica, Direito Previdenciário, Contabilidade, Arquivologia e Gestão de Pessoas).

Licitações

As aquisições feitas pela Administração, via de regra, ocorrem por licitações, e, em sua maioria, por pregão eletrônico, obedecendo ao que prescreve o Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019.

2020			
Nº PREGÃO/TP	Nº PROCESSO	OBJETO LICITADO	OBSERVAÇÕES
01/20	000548-55.2020.6.08.8000	LDN	Homologado
02/20	0000871-94.2019.6.08.8000	Material de Consumo	Homologado
03/20	0000873-64.2019.6.08.8000	Material de Consumo	Homologado
04/20	0000978-41.2019.6.08.8000	Material Permanente	Homologado
05/20	0000926-45.2019.6.08.8000	Material de Consumo Eleições 2020	Homologado
06/20	0000886-63.2019.6.08.8000	Material de Consumo SRP (café e açúcar)	Homologado
07/20	0001006-09.2019.6.08.8000	Locação de Veículos Eleições 2020	Homologado
08/20	0000193-79.2019.6.08.8000	Dedetização	(pregão anulado)
09/20	0000540-78.2020.6.08.8000	Splits	Homologado

RELATÓRIO DE GESTÃO

2020/2021

10/20	0001007-91.2019.6.08.8000	Cartão Combustível	(pregão deserto)
11/20	0000062-70.2020.6.08.8000	Material Permanente	Homologado
12/20	0000079-09.2020.6.08.8000	Camisas Eleições 2020	Homologado
13/20	0000073-02.2020.6.08.8000	Canetas Eleições 2020	Homologado
14/20	0000065-25.2020.6.08.8000	Materiais Gráficos Eleições 2020	Homologado
15/20	0000077-39.2020.6.08.8000	DDG Eleições	Homologado
16/20	0000175-24.2020.6.08.8000	Livros	Homologado
17/20	0001001-84.2019.6.08.8000	Técnico de Urna	Homologado
18/20	0000431-98.2019.6.08.8000	Motoristas	Homologado
19/20	0000709-65.2020.6.08.8000	Material de Consumo Informática	Homologado
20/20	0000193-79.2019.6.08.8000	Dedetização	Homologado
21/20	0000238-49.2020.6.08.8000	Manutenção de Plataformas Elevatórias	Homologado
22/20	0001007-91.2019.6.08.8000	Cartão Combustível	(pregão revogado)
23/20	0001004-39.2019.6.08.8000	Veículo	(pregão deserto)
24/20	0002281-56.2020.6.08.8000	Windows Server	Homologado
25/20	0002030-38.2020.6.08.8000	Publicação Matérias Jornal Local	Homologado
26/20	0003662-02.2020.6.08.8000	Materiais Gráficos Eleições 2020	Homologado
27/20	0003682-90.2020.6.08.8000	Material de Consumo	Homologado
28/20	0003792-89.2020.6.08.8000	Material de Construção	Homologado
29/20	0003800-66.2020.6.08.8000	Material de Construção	Homologado
30/20	0004094-21.2020.6.08.8000	Materiais Gráficos Eleições 2020	Homologado
32/20	0000243-71.2020.6.08.8000	Atualização Rede sem Fio	Homologado
33/20	0003220-36.2020.6.08.8000	Licenças Adobe Creative Cloud	Homologado
34/20	0002681-70.2020.6.08.8000	Telefonia Móvel	(pregão não aconteceu)
35/20	0004064-83.2020.6.08.8000	Material de Consumo Informática	Homologado
36/20	0002093-63.2020.6.08.8000	Emissão ASO	Homologado
37/20	0003335-57.2020.6.08.8000	Passagens Aéreas	Homologado
38/20	0003321-73.2020.6.08.8000	Mackbook	Homologado
39/20	0002866-11.2020.6.08.8000	Notebooks SRP	Homologado
40/20	0000028-95.2020.6.08.8000	Equipamentos de filmagem, iluminação, áudio, foto e vídeo	(pregão não aconteceu – transformado no PE 17/21))
41/20	0000218-58.2020.6.08.8000	Digitalização	(pregão não aconteceu - transformado no PE 05/21)
42/20	0003580-68.2020.6.08.8000	Licença Corporativa	(pregão fracassado)
43/20	0002068-50.2020.6.08.8000	Atualização de Segurança	(pregão não aconteceu – transformado no PE 11/21)

RELATÓRIO DE GESTÃO

2020/2021

44/20	0004065-68.2020.6.08.8000	Webcam	Homologado
45/20	0007321-19.2020.6.08.8000	Materiais Permanentes	Homologado
46/20	0007287-44.2020.6.08.8000	Material de Construção	Homologado
47/20	0000939-44.2019.6.08.8000	Micros SIMI	(pregão não aconteceu - transformado no PE 18/21)
48/20	0004379-14.2020.6.08.8000	Microsoft Office 365 E1	Homologado
49/20	0004417-26.2020.6.08.8000	Licença Corporativa Software de Videoconferência	Homologado
50/20	0003580-68.2020.6.08.8000	Licença Corporativa	(pregão não aconteceu - transformado no PE 20/21)
51/20	0005123-09.2020.6.08.8000	Limpeza Região Centro Leste	(pregão não aconteceu - transformado no PE 03/21)
52/20	0002952-79.2020.6.08.8000	Manutenção Datacenter	(pregão não aconteceu - transformado no PE 16/21)
53/20	0005124-91.2020.6.08.8000	Administração e Gerenciamento de Frota	(pregão não aconteceu - transformado no PE 06/21)
54/20	0002526-67.2020.6.08.8000	Manutenção Corretiva Software Smartshare	(pregão não aconteceu - transformado no PE 09/21)
55/20	0008767-57.2020.6.08.8000	Material de Consumo Papel A3	(pregão não aconteceu - transformado no PE 04/21)
56/20	0003332-05.2020.6.08.8000	Manutenção de Urnas	(pregão não aconteceu - transformado no PE 01/21)
2021			
Nº PREGÃO/TP	Nº PROCESSO	OBJETO LICITADO	OBSERVAÇÕES
01/21			

RELATÓRIO DE GESTÃO

2020/2021

02/21			
03/21	0003332-05.2020.6.08.8000	Manutenção de Urnas	Homologado
04/21	0003494-97.2020.6.08.8000	Manutenção de cabine detectora de metais	Aguardando Homologação
05/21	0005123-09.2020.6.08.8000	Limpeza região centro leste	Homologado
06/21	0008767-57.2020.6.08.8000	Material de consumo – papel A3	Homologado
07/21	0000218-58.2020.6.08.8000	Digitalização	(pregão suspenso)
08/21	0005124-91.2020.6.08.8000	Administração e gerenciamento de frota	Homologado
09/21	0008703-47.2020.6.08.8000	Acúcar	Homologado
10/21	0004432-92.2020.6.08.8000	Manutenção de plataformas elevatórias	Homologado
11/21	0002526-67.2020.6.08.8000	Manutenção corretiva software Smartshare	(pregão fracassado)
12/21	0004298-65.2020.6.08.8000	Outsourcing	(processo em andamento)
13/21	0002068-50.2020.6.08.8000	Atualização segurança	Homologado
14/21	0006815-43.2020.6.08.8000	Livros	Homologado
15/21	0000394-03.2021.6.08.8000	Fornecimento e instalação de splits	Homologado
16/21	0000394-03.2021.6.08.8000	Manutenção de splits	Homologado
17/21	0000904-16.2021.6.08.8000	Agente de integração	Homologado
18/21	0000904-16.2020.6.08.8000	Manutenção datacente	(processo em andamento)
19/21	0000028-95.2021.6.08.8000	Equipamentos de filmagem	Aguardando Homologação
20/21	0000939-44.2019.6.08.8000	Micros SIMI	(pregão anulado)
21/21	0001800-59.2021.6.08.8000	Seguro de Veículos	Homologado
22/21	0003580-68.2020.6.08.8000	Licença corporativa	Homologado
23/21	0002305-50.2021.6.08.8000	Telhas metálicas e parafusos	(pregão fracassado)
24/21	0002142-70.2021.6.08.8000	Switches de borda	(pregão anulado)
25/21	0000951-87.2021.6.08.8000	Materiais permanentes	Homologado
26/21	0000708-80.2020.6.08.8000	Nobreaks	Homologado
27/21	0003721-53.2021.6.08.8000	Materiais permanentes	Homologado
28/21	0003049-45.2021.6.08.8000	Licenciamento IDPA	Aguardando Homologação
29/21	0003154-22.2021.6.08.8000	Impressoras	Homologado
30/21	0002070-83.2021.6.08.8000	Microcomputadores	Aguardando Homologação
31/21	0002176-45.2021.6.08.8000	Webcam	(processo em andamento)
32/21	0003491-11.2021.6.08.8000	Limpeza região centro oeste	Homologado
33/21	0002002-36.2021.6.08.8000	Monitores de video	(pregão fracassado)
34/21	0003493-78.2021.6.08.8000	Passagens aéreas	Homologado

RELATÓRIO DE GESTÃO

2020/2021

35/21	0003489-41.2021.6.08.8000	Manutenção preventiva sistema sonorização	Homologado
36/21	0002305-50.2021.6.08.8000	Telhas metálicas e parafusos	Aguardando Homologação
37/21	0004187-47.2021.6.08.8000	Livros	Aguardando Homologação
38/21	0002763-67.2021.6.08.8000	Notebooks	(processo em andamento)
39/21	0003216-62.2021.6.08.8000	Solução de segurança	Homologado
40/21	0004732-20.2021.6.08.8000	Material de consumo	(processo em andamento)
41/21	0003490-26.2021.6.08.8000	Cartão combustível	(processo em andamento)
42/21	0005033-64.2021.6.08.8000	Materiais permanentes	(processo em andamento)
43/21	0004614-44.2021.6.08.8000	Material de construção	Aguardando Homologação
44/21	0004925-35.2021.6.08.8000	Materiais permanentes (mobiliário)	(processo em andamento)
45/21	0002526-67.2020.6.08.8000	Manutenção software Smartshare	(processo em andamento)
46/21	0004966-02.2021.6.08.8000	Switches de borda	(processo em andamento)
47/21	0004629-13.2021.6.08.8000	SGPE	(processo em andamento)
48/21	0004640-42.2021.6.08.8000	Software videoconferência Zoom	(processo em andamento)
TP 01/21	0003571-72.2021.6.08.8000	Macbook	(processo em andamento)
48/21	0003245-15.2021.6.08.8000	Notebooks CAD	(processo em andamento)
TP 01/21	0000546-85.2021.6.08.8000	Obra Reforma Sede	Homologado

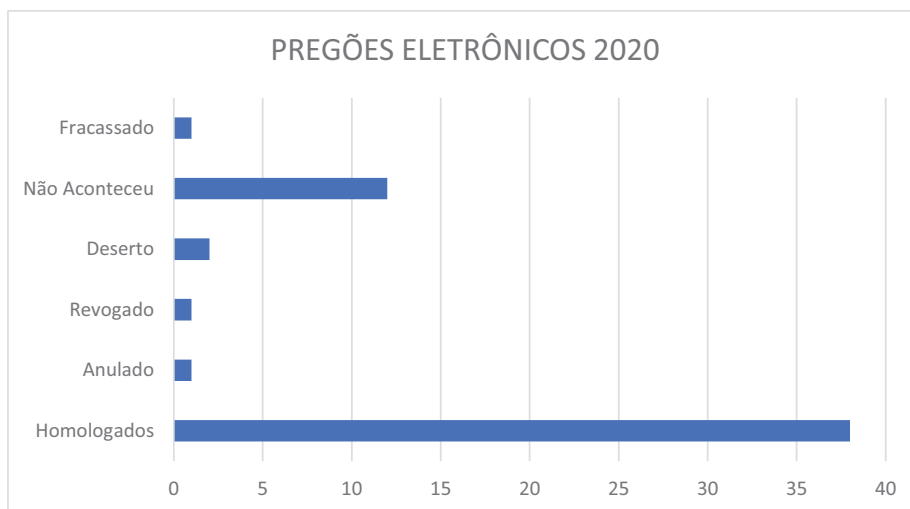
Quadros estatísticos dos Pregões Eletrônicos 2020

Homologados	38
Anulado	1
Revogado	1
Deserto	2

RELATÓRIO DE GESTÃO

2020/2021

Não Aconteceu	12
Fracassado	1

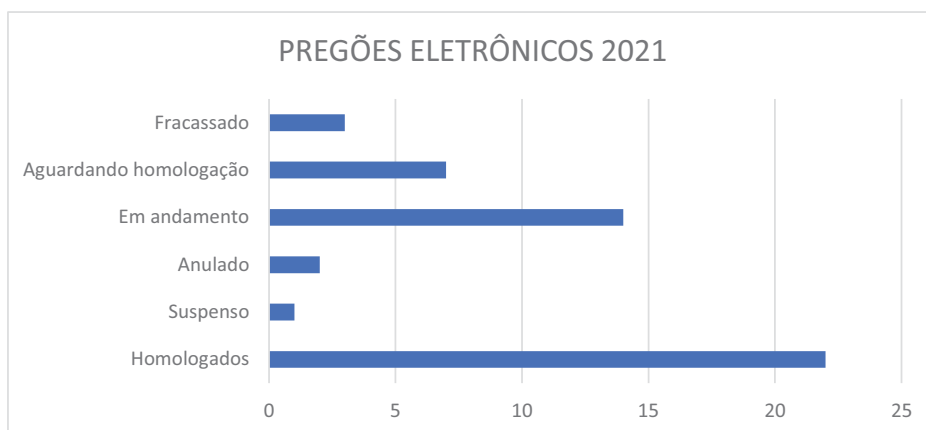


2021

Homologados	22
Suspenso	1
Anulado	2
Em andamento	14
Aguardando homologação	7
Fracassado	3

RELATÓRIO DE GESTÃO

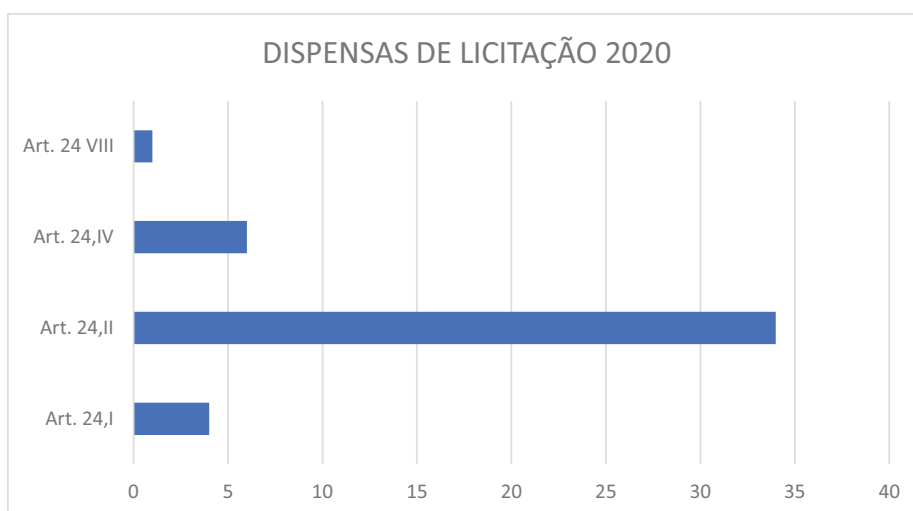
2020/2021



2020

Dispensas de Licitação

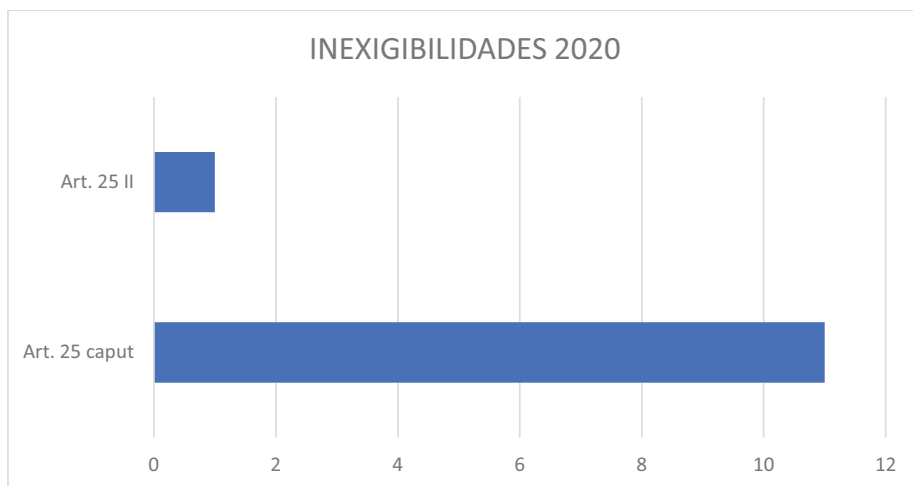
Art. 24,I	4
Art. 24,II	34
Art. 24,IV	6
Art. 24 VIII	1



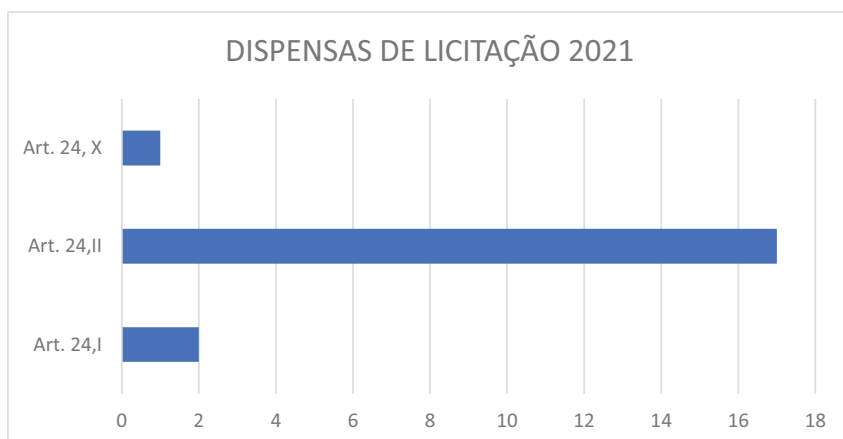
RELATÓRIO DE GESTÃO

2020/2021

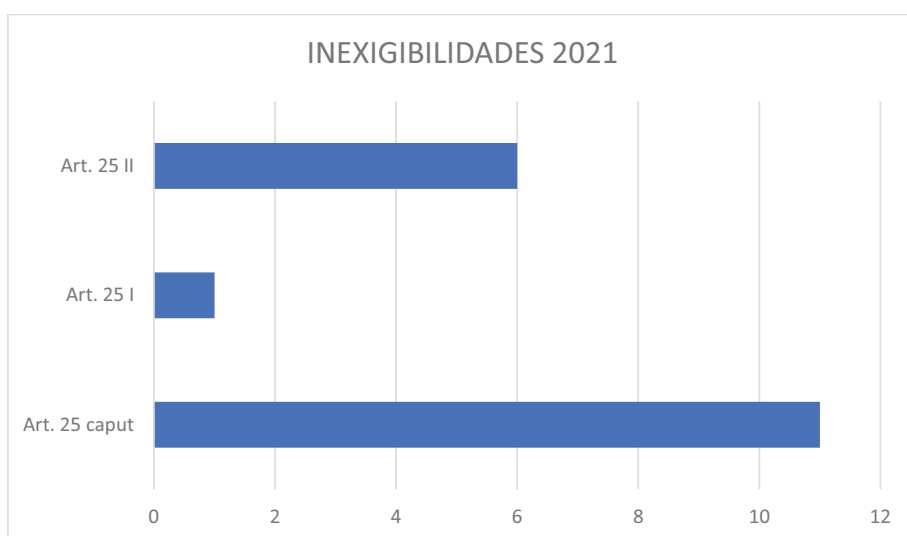
Inexigibilidade	
Art. 25 caput	11
Art. 25 II	1



2021	
Dispensas de Licitação	
Art. 24,I	2
Art. 24,II	17
Art. 24, X	1

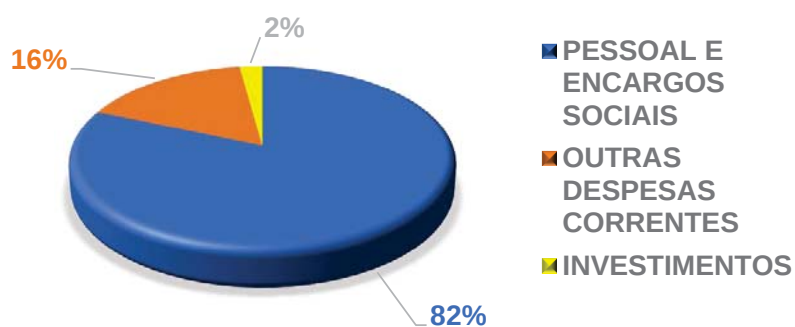


Inexigibilidade	
Art. 25 caput	15
Art. 25 I	1
Art. 25 II	6



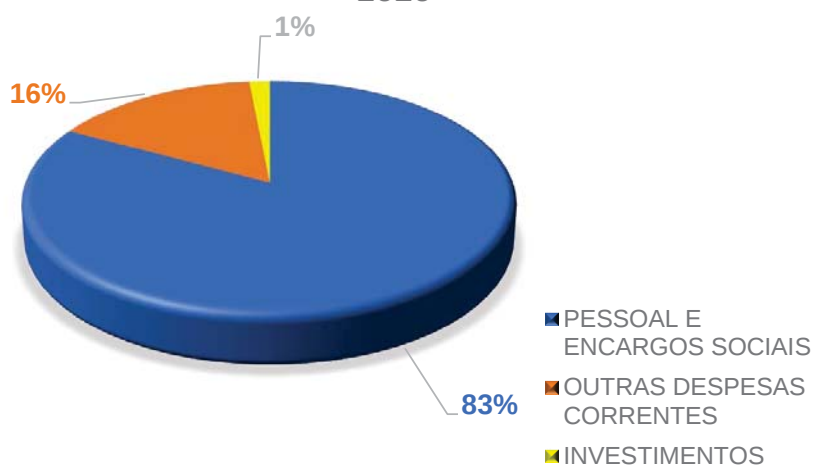
Despesas constantes do Orçamento 2020

DOTAÇÃO POR GRUPO DE DESPESA 2020



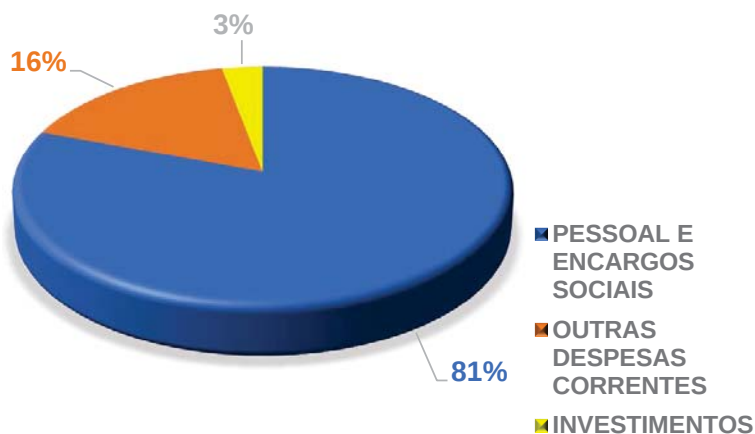
Despesas efetivamente executadas em 2020

EXECUTADO POR GRUPO DE DESPESAS 2020



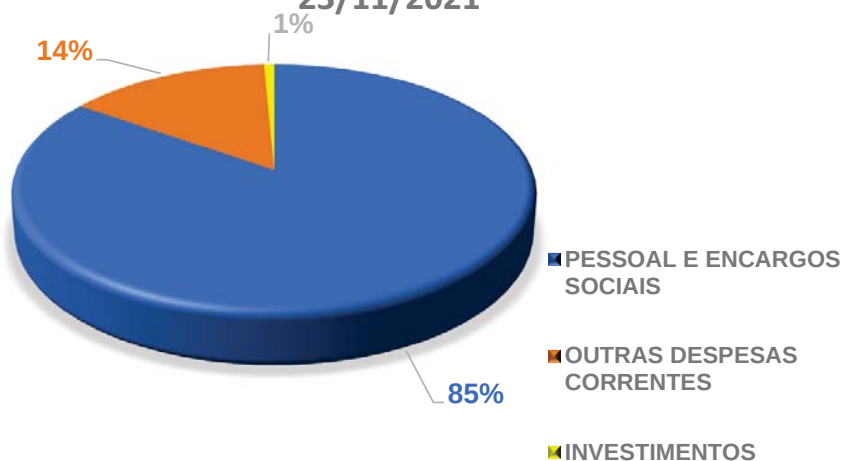
Despesas constantes do Orçamento 2021

DOTAÇÃO POR GRUPO DE DESPESA 2021



Despesas efetivamente executadas em 2021

EXECUTADO POR GRUPO DE DESPESA ATÉ 23/11/2021



Execução Orçamentária 2021



Despesas com previsão de Execução em 2021



RELATÓRIO DE GESTÃO

2020/2021

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2021*

RUPO DE DESPESA	EXERCÍCIO	2020				2021 (ATÉ 23/11)					
	AÇÃO DE GOVERNO	DOTAÇÃO	%	EXECUTADO	%	DOTAÇÃO	%	EXECUTADO	%	A EXECUTAR	%
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	84.593.972,00	59,82%	82.241.560,28	60,63%	85.079.323,00	58,87%	76.860.648,62	61,86%	8.218.674,38	6,61%
	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	15.303.695,00	10,82%	15.094.094,70	11,13%	15.736.510,00	10,89%	14.325.651,86	11,53%	1.410.858,14	1,14%
	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	15.272.769,00	10,801%	15.160.893,54	11,18%	15.717.666,00	10,88%	14.080.437,84	11,33%	1.637.228,16	1,32%
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	115.170.436,00	81,45%	112.496.548,52	82,94%	116.533.499,00	80,64%	105.266.738,32	84,72%	11.266.760,68	9,07%
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI	16.575.960,00	11,72%	14.919.808,27	11,00%	17.018.686,00	11,78%	12.342.493,29	9,93%	4.676.192,71	3,76%
	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	4.444.914,00	3,14%	4.320.929,46	3,19%	4.498.083,00	3,11%	4.016.184,36	3,23%	481.898,64	0,39%
	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	2.117.928,00	1,50%	1.848.140,12	1,36%	2.181.752,00	1,51%	1.731.939,47	1,39%	449.812,53	0,36%
	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	26.717,00	0,02%	2.076,65	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.165.519,00	16,38%	21.090.954,50	15,55%	23.698.521,00	16,40%	18.090.617,12	14,56%	5.607.903,88	4,51%
4 INVESTIMENTOS	CONSTRUCAO DE CARTORIO ELEITORAL NO MUNICIPIO DE GUARAPARI -	3.026.800,00	2,14%	2.054.417,78	1,51%	4.279.053,00	2,96%	889.632,41	0,72%	3.389.420,59	2,73%
	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI	42.760,00	0,03%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	INVESTIMENTOS	3.069.560,00	2,17%	2.054.417,78	1,51%	4.279.053,00	2,96%	889.632,41	0,72%	3.389.420,59	2,73%
TOTAL GERAL		141.405.515,00	100,00%	135.641.920,80	100,00%	144.511.073,00	100,00%	124.246.987,85	100,00%	20.264.085,15	16,31%
Execução/Dotação			95,92%			85,98%					
Executar/Dotação			14,02%								

*Relatório concluído em 23/11/2021

PREMIAÇÕES

O ano 2021 constituiu “o ano da colheita”, pois foi o período de aferição dos resultados do trabalho árduo desenvolvido pela Administração.

Em outubro, a Assistente Virtual BEL ganhou o Prêmio de Inovação Judiciário Exponencial/2021, na categoria “Inovação Tecnológica”. O presidente do TRE-ES, Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, recebeu o troféu de forma remota. A decisão foi tomada por um colegiado técnico escolhido pela organização do evento.

No final do mês de novembro, o Conselho Nacional de Justiça publicou o resultado do iGOV-TIC, tendo o TRE/ES alcançado o nível “**Aprimorado**”, diante dos rigorosos critérios de classificação daquele Conselho.

Prêmio CNJ de Qualidade



No início de dezembro, o TRE/ES obteve classificação na **Categoria Ouro**, do Prêmio CNJ de Qualidade 2021.

Instituído pela Portaria CNJ n. 135/2021, alterada pela Portaria CNJ n. 151/2021, o Prêmio CNJ de Qualidade veio para reconhecer os tribunais pela qualidade da gestão administrativa e judiciária, pela produção de dados estatísticos e pela transparência das informações, estimulando os tribunais brasileiros a buscarem a excelência na gestão e no planejamento; o que se traduz especialmente na sistematização e na disseminação das informações e no incremento da eficiência da prestação jurisdicional.

Os critérios de avaliação contemplam os eixos: Governança, Produtividade, Transparência e Dados e Tecnologia. O TRE/ES obteve 84,54% da pontuação total, obtendo a categoria **Ouro**, juntamente com outros seis regionais (MA, MS, RO, RR, SE e SP), que alcançaram pontuação entre 83% e 87%.

O resultado demonstra que o esforço da Administração do TRE/ES para a adoção de medidas de governança e gestão tem sido exitoso. As lacunas verificadas na avaliação serão objeto de

dedicação ainda maior para o seu saneamento, com vistas a um *upgrade* de categoria, para o ano seguinte.

CONCLUSÃO



Neste momento, concluo minha gestão, certo de haver cumprido, com determinação e dedicação, o compromisso assumido, por ocasião da minha posse:

- ✓ Eleições municipais tranquilas, em 2020, sem ocorrências relevantes;
- ✓ Virtualização dos processos judiciais e administrativos;
- ✓ Implementação de uma carta de serviços moderna, automatizada, oferecendo ao cidadão mais comodidade, sem renunciarmos à segurança que deve permear os procedimentos que envolvem o maior cadastro pessoal do país, que é o eleitoral;
- ✓ Atualização da estrutura organizacional;
- ✓ Melhoria das condições de acessibilidade...

Enfim, em um momento inusitado, para todo o mundo, o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo avançou para posicionar-se mais próximo da sociedade, ouvindo e atendendo seus anseios. As novas metodologias de trabalho incorporadas à rotina dos servidores e servidoras do TRE-ES trouxeram ganhos para os beneficiários dos serviços eleitorais, que podem, inclusive, regularizar seu título eleitoral, na modalidade *on-line*.

Novos serviços, certamente, serão acrescentados a esse portfólio virtual, mas toda longa jornada inicia-se com o primeiro passo. E este foi dado, neste biênio.

De forma transparente, todas as entregas, produzidas nesse biênio, que passaram pelo processo da inovação deixam registrado seu legado, servindo como bússola para novos voos dos meus sucessores.

A experiência de atuar como gestor do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, neste período de tanta imprevisibilidade, constituiu uma oportunidade extremamente edificante.

Agradeço a todos os meus pares, que passaram pelo Colegiado, neste período, proporcionando uma salutar e enriquecedora convivência. A todos os servidores e servidoras, na pessoa do

Diretor Geral, Dr. Alvimar Nascimento, que assumiram as novas rotinas sem recuarem um só milímetro, e possibilitaram a consecução de todas as demandas, neste biênio.

Sigo em frente, com uma bagagem mais robusta que me será muito útil, em minha carreira, no Poder Judiciário.

DESEMBARGADOR SAMUEL MEIRA BRASIL JÚNIOR
PRESIDENTE
TRE-ES

RELATÓRIO DE GESTÃO

Des. Samuel Meira Brasil Jr.

2020/2021